



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Eng RAFAEL **MARINS** DE SOUZA

Relações Internacionais entre Brasil e Argentina: o papel da diplomacia militar diante das consequências da “onda conservadora” para o diálogo de defesa sul-americano.



Rio de Janeiro
2020



Maj Eng RAFAEL **MARINS** DE SOUZA

Relações Internacionais entre Brasil e Argentina: o papel da diplomacia militar diante das consequências da “onda conservadora” para o diálogo de defesa sul-americano.

Projeto de pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Maj Eng **Felipe Araújo Barros**

Rio de Janeiro

2020

S729r

Souza, Rafael Marins de
Relações Internacionais entre Brasil e Argentina: o papel da diplomacia militar diante das consequências da "onda conservadora" para o diálogo de defesa sul-americano. / Rafael Marins de Souza. —2020.
68 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: **Felipe Araújo Barros.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

Bibliografia: f. 67- 68

1. DIPLOMACIA DE DEFESA. 2. DIPLOMACIA MILITAR. 3. BRASIL. 4. ARGENTINA. I. Título.

CDD 327.81082

Maj Eng RAFAEL **MARINS** DE SOUZA

Relações Internacionais entre Brasil e Argentina: o papel da diplomacia militar diante das consequências da “onda conservadora” para o diálogo de defesa sul-americano.

Projeto de pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 29 de outubro de 2020

BANCA EXAMINADORA

Felipe Araújo Barros – Maj – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Marco Aurélio Vasques Silva – Maj – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Carlos Augusto da Silva Neto – Maj - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

RESUMO

Atualmente, o conceito de diplomacia militar tem ganhado força em temas relativos tanto às Relações Internacionais como à Defesa. Nesse esforço, diversos teóricos vêm dedicando algum tempo para melhor compreender e situar as ações empreendidas entre as Forças Armadas dos países e sua relação com a consecução de objetivos nacionais. O Brasil demonstrou ao longo de sua história recente que a manutenção da estabilidade da América do Sul constitui um dos principais objetivos do país, utilizando-se do Poder Nacional para a consecução do mesmo. Nesta ideia, o país demonstra um papel de protagonista na região trabalhando em prol da construção de uma cooperação interestatal para manter esta estabilidade, tendo como um dos seus principais parceiros a Argentina. A atuação dos dois países teve elevada importância no contexto regional, principalmente nos acontecimentos da história recente, como a criação e posterior declínio da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), “onda rosa”, “onda conservadora” e crise venezuelana, todos estes causados por ideologias que permearam os governos sul-americanos. Nesse contexto, o presente trabalho se propõe a compreender a importância das relações entre Brasil e Argentina e seu peso em relação à estabilidade regional, assim como a atuação de políticos e militares desses países na construção do diálogo de Defesa sul-americano, destacando o papel da diplomacia militar entre esses dois exércitos como uma das ferramentas do Poder Nacional e os impactos sofridos nessa relação por ocasião do contexto da última década, onde a chamada “onda conservadora” ocasionou a redução da escalada de governos progressistas na região, gerando uma cisão entre os países da América do Sul.

Palavras-chave: Diplomacia de Defesa. Diplomacia Militar. Brasil. Argentina.

RESEÑA

Actualmente, el concepto de diplomacia militar ha cobrado fuerza en temas relacionados tanto con las Relaciones Internacionales como con la Defensa. En este esfuerzo, varios teóricos se han tomado un tiempo para comprender y ubicar mejor las acciones emprendidas entre las Fuerzas Armadas de los países y su relación con el logro de los objetivos nacionales. Brasil ha demostrado a lo largo de su historia reciente que mantener la estabilidad de América del Sur es uno de los principales objetivos del país, utilizando el Poder Nacional para lograrlo. En esta idea, el país muestra un papel de liderazgo en la región, trabajando para construir la cooperación interestatal para mantener esta estabilidad, con Argentina como uno de sus principales parejas. El desempeño de los dos países fue muy importante en el contexto regional, principalmente en los hechos de la historia reciente, como la creación y posterior declive de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) y el Consejo Sudamericano de Defensa (CDS), “ola rosa”, “ola conservadora” y la crisis venezolana, todo provocado por ideologías que permearon a los gobiernos sudamericanos. En este contexto, el presente trabajo tiene como objetivo comprender la importancia de las relaciones entre Brasil y Argentina y su peso en relación a la estabilidad regional, así como el rol de los políticos y militares de estos países en la construcción del diálogo de Defensa Sudamericano, destacando el rol de la diplomacia militar entre estos dos ejércitos como una de las herramientas del Poder Nacional y los impactos sufridos en esta relación en el contexto de la última década, donde la llamada “ola conservadora” provocó la reducción de la escalada de gobiernos progresistas en la región, generando una escisión entre los países de América del Sur.

Palabras-llave: Diplomacia de Defensa. Diplomacia Militar. Brasil. Argentina.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	9
1.1.1	Questão de estudo.....	9
1.2	OBJETIVOS.....	9
1.2.1	Objetivo Geral	10
1.2.2	Objetivos Específicos	10
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	10
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	11
1.5	METODOLOGIA.....	12
1.5.1	Tipo de pesquisa	12
1.5.2	Universo e amostra.....	12
1.5.3	Coleta de dados.....	13
1.5.4	Tratamento de dados.....	13
1.5.5	Limitações do método.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	AS TEORIAS GEOPOLÍTICAS E O CENÁRIO SUL-AMERICANO.....	15
2.1.1	O complexo regional de segurança e defesa da América do Sul.....	18
2.2	AS RELAÇÕES INTERACIONAIS E A DIPLOMACIA MILITAR.....	20
2.2.1	As teorias de Relações Internacionais relacionadas á Política Externa Brasileira (PEB).....	20
2.2.2	Os conceitos sobre Diplomacia Militar.....	22
3	O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE DIPLOMACIA MILITAR NO CONTEXTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	24
3.1	A DIPLOMACIA MILITAR E A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL.....	24
3.2	A CONSOLIDAÇÃO DA DIPLOMACIA MILITAR.....	27
4	A CONSTRUÇÃO DA ESTABILIDADE REGIONAL E A DIPLOMACIA MILITAR	31
4.1	A RELAÇÃO BRASIL-ARGENTINA E O DIÁLOGO DE DEFESA REGIONAL	33
4.1.1	Os governos militares e o início da cooperação.....	33
4.1.2	O neoliberalismo, o foro de São Paulo e o diálogo de Defesa.....	34

4.1.3 O efeito "onda rosa", a UNASUL e o CDS na política de Defesa regional..	35
4.1.4 O CDS na política de Defesa regional.....	37
5. AS AÇÕES NA DIPLOMACIA DE DEFESA E DIPLOMACIA MILITAR EM RELAÇÃO A ARGENTINA NA ÚLTIMA DÉCADA.....	41
5.1 A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E ARGENTINA E A COOPERAÇÃO INTERESTATAL NA DEFESA SUL-AMERICANA.....	42
5.2 A DIPLOMACIA DE DEFESA NO GOVERNO DILMA ROUSSEF (01 Jan 2011 - 31 Ago 2016).....	43
5.2.1 A Diplomacia Militar do Exército Brasileiro com a Argentina no governo Dilma.....	45
5.3 A DIPLOMACIA DE DEFESA NO GOVERNO MICHEL TEMER (31 Ago 2016 - 01 Jan 2019).....	47
5.3.1 A Diplomacia Militar do Exército Brasileiro com a Argentina no governo Temer.....	48
5.4 A DIPLOMACIA DE DEFESA NO GOVERNO JAIR BOLSONARO (01 Jan 2019 - dias atuais).....	48
5.4.1 A Diplomacia Militar do Exército Brasileiro com a Argentina no governo Bolsonaro.....	50
6. DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	51
6.1 A ATUAÇÃO DE BRASIL E ARGENTINA NA CONSTRUÇÃO DA UNASUL E CDS.....	51
6.2 A ATUAÇÃO BRASILEIRA POR MEIO DA DIPLOMACIA DE DEFESA E MILITAR NA ÚLTIMA DÉCADA.....	54
7.CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

A chamada “onda conservadora” ou “onda azul” caracterizou-se pela ascensão de grupos políticos considerados de ideologia conservadora ou neoliberal em diversas regiões do mundo em contrapartida a movimentos de esquerda ou governos progressistas.

A América do Sul, após passar por uma “guinada à esquerda” na década de 1990, acompanhou o crescimento do apoio da população a políticos com posição mais à direita, como observado em diversos países do subcontinente. Podemos considerar que o movimento foi iniciado em 2013, com a eleição do conservador Sebastián Piñera no Chile, seguindo por outros países, como no caso da Argentina, com a eleição do empresário Mauricio Macri em 2015 (CARMO, 2017), e do Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, militar reformado e defensor dos valores conservadores cristãos, atingindo assim a maior república da região.

A polarização observada no Brasil foi a mais alta desde a transição democrática e, dado o tamanho do Brasil e seu impacto na região, foi crucial para legitimar aquilo que o restante da região tem experimentado, influenciando em diversas áreas, inclusive na política estratégica de Defesa desses países.

A América do Sul é conhecida mundialmente por sua relativa paz internacional, com políticas como o banimento de armas nucleares e a busca da cooperação entre os países da região na solução de possíveis problemas que pudessem afetar as relações entre os países da região. Desta forma, a integração sempre foi a palavra de ordem na política de Defesa do subcontinente, independente do alinhamento ideológico de cada país.

A política externa brasileira sempre trabalhou no intuito de promover a integração do subcontinente sul-americano, tendo tal objetivo consolidado pelo Art 4º da Constituição Federal de 1988, sendo tema recorrente quando se trata dos assuntos de Relações Internacionais (AMORIM, 2013). Nos dias atuais, cresce de importância a consolidação das relações entre os Estados, e o diálogo entre Brasil e Argentina, dois principais protagonistas da região, tem sido crucial para a manutenção dessa integração.

As políticas externa e de Defesa devem ser complementares e indissociáveis. Desta forma, durante a vigência da União de Nações Sul-

Americanas (UNASUL) e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), ambos criados em 2008, o subcontinente passou a contar com uma organização composta por ministros da área de defesa da Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela. Coube ao Conselho de Defesa a elaboração de políticas de defesa conjunta, promoção do intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas de cada país, realização de exercícios militares conjuntos, participação em operações de paz das Nações Unidas, promover a troca de análises sobre os cenários mundiais de defesa e a integração de bases industriais de material bélico (AMORIM, 2012).

Com o crescimento da “onda conservadora” na América do Sul, a UNASUL veio a perder espaço na conjuntura política da região, trazendo consequências em diversas áreas, incluindo a Defesa, consubstanciando o objeto de estudo do presente trabalho.

O trabalho parte dos pressupostos de evolução dos acontecimentos políticos da última década, com o advento da chamada “onda conservadora” ou “onda azul”, em paralelo ao declínio do projeto da UNASUL, e suas consequências para a Política de Defesa da região, abordando o papel da diplomacia militar, principalmente do Exército Brasileiro, como uma importante ferramenta do Poder Nacional no processo de integração na estratégia de Defesa sul-americana. Como delimitação, será abordado em particular as relações entre os dois principais atores internacionais do subcontinente, a saber, Brasil e Argentina.

O presente trabalho abordará a relevância da diplomacia militar do Exército Brasileiro como um instrumento do Poder Nacional no âmbito das Relações Internacionais brasileiras na construção da identidade sul-americana em relação aos temas de Defesa, mesmo diante de profundas mudanças políticas, para a manutenção de um cenário de cooperação interestatal regional nesta área, destacando a relação entre Brasil e Argentina.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Partimos do pressuposto de que, após a criação do CDS, foi propiciada uma coordenação militar regional para fomentar o intercâmbio no campo da Defesa entre países componentes da UNASUL.

Com o advento da “onda conservadora” na região e consequente declínio desse Organismo Internacional (OI), a mudança de conjuntura política com base em diferenças ideológicas entre os grupos dirigentes dos Estados da região poderia constituir uma possível causa de instabilidade no entorno estratégico brasileiro, interferindo no compromisso desses com a UNASUL e com a cooperação na Defesa sul-americana, tão almejada pela Política Externa Brasileira (PEB).

Sendo assim, esse estudo propõe-se a observar de que forma as ações da diplomacia militar do Exército Brasileiro na América do Sul, e em particular na sua relação com a Argentina, teriam sido impactadas pelas mudanças políticas no cenário interno e regional, contribuindo para a manutenção das relações de cooperação na Defesa do subcontinente nesta última década.

1.1.2 Questão de estudo

O presente trabalho de conclusão de curso será desenvolvido em torno do seguinte problema: **De que forma a diplomacia militar desenvolvida pelo Exército Brasileiro constituiu um eficaz instrumento do Poder Nacional para fortalecer a relação entre Brasil e Argentina, com o avanço da “onda conservadora” e consequente declínio da UNASUL, contribuindo para a manutenção do princípio de cooperação interestatal na Defesa sul-americana?**

A fim de melhor identificar e detalhar as distintas ações a serem realizadas para procurar compreender a pergunta formulada como problema de investigação, foram traçados o objetivo geral da pesquisa e os seus objetivos específicos.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender o papel da diplomacia militar do Exército Brasileiro como instrumento do Poder Nacional, sob a ótica da relação entre Brasil e Argentina por ocasião da “onda conservadora” e do declínio da UNASUL na última década, bem como os impactos dessa relação na manutenção da cooperação interestatal na política de Defesa da América do Sul no período.

1.2.2 Objetivos Específicos

a) Apresentar as teorias relacionadas ao contexto geopolítico sul-americano, assim como aquelas que norteiam as Relações Internacionais no Brasil e situam a Diplomacia Militar do Exército Brasileiro.

b) Apresentar a evolução do conceito de Diplomacia Militar no Brasil.

c) Destacar o papel da Diplomacia Militar na construção da estabilidade regional.

d) Apresentar as ações da Diplomacia de Defesa dos governos brasileiros e da Diplomacia Militar do Exército Brasileiro em relação a Argentina durante a “onda conservadora”.

e) Discutir a relação entre os dois países na construção e posterior manutenção da cooperação interestatal na Defesa sul-americana com o declínio da UNASUL, destacando as ações de Diplomacia Militar.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O tema sobre a crise da UNASUL e a remodelagem do diálogo de Defesa Sul-americano, relacionado ao problema abordado nesta pesquisa, é bastante amplo e abrangente, podendo ser explorado de diversas formas. Em vista disto, foi necessário estabelecer uma delimitação de tempo e espaço, recortando-o e afinando-o, respeitando a relação com os meios disponíveis para investigação. Visando alcançar os objetivos propostos, foi necessário, então, aplicar uma série de recortes, a fim de torná-lo possível de ser abordado em um trabalho de conclusão de curso.

Em relação à delimitação temporal, tomamos como recorte necessário ao presente estudo a última década, tendo como marco a eleição do conservador

Sebastián Piñera no Chile, em 2013, considerando assim esse fato como o início do fenômeno político da “onda azul” na América do Sul, até o ano de 2019, primeiro ano de governo do também conservador Jair Bolsonaro no Brasil. Porém, mesmo com o foco nos acontecimentos da última década, alguns acontecimentos ocorridos anteriormente na região necessitaram ser abordados apenas visando a compreensão de fatos recentes.

Sobre a delimitação espacial, visando atender ao objetivo proposto dentro do tempo disponibilizado para a confecção do estudo, este trabalho teve o seu recorte sobre os dois países onde foi possível identificar a polarização entre as ideologias de esquerda e direita com maior intensidade nesse período, além de sua importância no cenário regional, sendo selecionado, assim, Brasil e Argentina para tal.

Por fim, o estudo estará limitado às ações da diplomacia militar empreendidas pelo Exército Brasileiro no cenário sul-americano na última década após o advento da “onda conservadora”, e consequente declínio da UNASUL, particularmente, àquelas realizadas entre Brasil e Argentina. Essa escolha deve-se ao histórico das relações entre esses países no subcontinente, importância como atores no cenário regional, tempo disponível para a pesquisa (sendo limitado, por isso, a apenas a relação do Brasil com um país da região) e, à experiência profissional do pesquisador no país de referência.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A América do Sul tem sido uma região de grande estabilidade, onde os povos latino-americanos construíram uma convivência pacífica desde meados do século XX. O alinhamento ideológico na política regional ocorrido na década de 1990 e início do século XXI culminou na criação da UNASUL, liderada pelo Presidente da Venezuela na ocasião, Hugo Chávez, corroborando para a manutenção desta estabilidade. Nesse cenário, a criação do CDS propiciou maior interação no diálogo de Defesa entre os países da região.

Com o surgimento da “onda conservadora”, essa interação foi abalada pela ruptura com o domínio de uma ideologia de esquerda na política regional, dificultando o diálogo entre alguns países, como observado na crise venezuelana que ocorre no governo de Nicolás Maduro.

Porém, paralelo ao conturbado período político observado na última década, existe um esforço das Forças Armadas dos países sul-americanos em manter um diálogo de Defesa e, por conseguinte, a estabilidade característica da região.

A relevância do assunto para o Brasil foi demonstrada por meio dos esforços do Exército Brasileiro nos Governos Dilma (2010-2016), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019 até os dias atuais), para manter as ações da diplomacia militar com os países da América do Sul, com destaque nesse trabalho, para as ações desenvolvidas junto a Argentina, principal ator internacional da região junto ao Brasil, nos Governos Kirchner (2010-2015) e Macri (2016-2019).

Com o estudo pretende-se contribuir para o Exército Brasileiro por meio da compreensão da relevância da diplomacia militar como um instrumento do Poder Nacional para a manutenção do ambiente de cooperação interestatal na estabilidade da Defesa na América do Sul diante das mudanças no cenário político da última década.

1.5 METODOLOGIA

1.5.1 Tipo de pesquisa

O presente estudo foi realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseou sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados a cooperação entre os exércitos de Brasil e Argentina, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

1.5.2 Universo e amostra

O universo do presente estudo são as ações de Diplomacia Militar do Exército Brasileiro relacionados ao cenário sul-americano na última década. Como principais amostras serão utilizados os dados dessas ações envolvendo o Exército Brasileiro e o Exército Argentino durante os governos Dilma-Temer-Bolsonaro, pelo lado do Brasil, e Kirchner-Macri, da Argentina.

As amostras que serão utilizadas são baseadas no desenvolvimento da Base Industrial de Defesa, ações e ambientes cooperativos, intercâmbios,

exercícios e manobras conjuntas, Operações de Coordenação e Cooperação entre Agências (OCCA) na faixa de fronteira, reuniões e grupos bilaterais fechados a partir do ano de 2010 e, por serem bastante recentes, têm condições de retratar a situação atual da relação entre os exércitos dos principais atores da região sul-americana.

1.5.3 Coleta de dados

A coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso deu-se por meio da coleta na literatura especializada (livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos científicos, etc) de autores renomados que tratam dos seguintes assuntos: Política, Relações Internacionais, Estratégia Nacional de Defesa, Grande Estratégia e Planejamento Estratégico.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de outros trabalhos relativos ao tema, tais como monografias, teses e dissertações, sempre buscando os dados pertinentes ao assunto. Nessa oportunidade, foram levantadas as fundamentações teóricas para atender à questão de estudo levantada inicialmente.

A seleção buscou os dados mais atualizados, tendo como fonte primária o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Defesa, e a Aditância do Brasil na República da Argentina.

1.5.4 Tratamento de dados

O método de tratamento de dados que foi utilizado no presente estudo foi o de análise da bibliografia, no qual foram realizados estudos de textos para se obter a fundamentação teórica para se responder à questão de estudo.

1.5.5 Limitações do método

A metodologia em questão possui limitações, particularmente, quanto à profundidade do estudo a ser realizado, pois não contempla, dentre outros aspectos, o estudo de campo e a entrevista com pessoas diretamente ligadas aos processos em estudo. Porém, devido ao fato de se tratar de um trabalho de término de curso, realizado em aproximadamente seis meses, o método

escolhido foi adequado e possibilitou o alcance dos objetivos propostos no presente trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS TEORIAS GEOPOLÍTICAS E O CENÁRIO SUL-AMERICANO

As teorias geopolíticas, tanto clássicas como contemporâneas, foram responsáveis por expor uma visão do mundo sobre a organização do espaço e seu reflexo sobre diversas áreas de atuação dos Estados. Tendo em vista sua relevância, fez-se necessário iniciarmos destacando as teorias que definem algumas divisões do mundo em que apresentavam a América do Sul inserida em um bloco único, formado pelo Continente Americano, sob a liderança dos EUA, como a Teoria da Tríade.

Nessa teoria, elaborada entre os anos de 1968 e 1973, uma comissão para assuntos econômicos conhecida como Comissão Trilateral, baseada em relatórios de outra instituição internacional, o Clube de Roma, projetou um cenário de um mundo dividido em três grandes blocos, a saber, o Bloco Americano, o Europeu e o Asiático, sendo liderados, respectivamente, por EUA, Alemanha e Japão. Nesse contexto, caberia tanto ao Brasil como Argentina a participação no Bloco Americano, tendo como referência monetária o dólar americano, delegando a Defesa da região às Forças Armadas dos EUA e reduzindo seus efetivos militares ao mínimo indispensável para a guarda das fronteiras, combate ao contrabando e outras missões de caráter interno (MAFRA, 2006).

A seguir, foram levantadas teorias geopolíticas que contribuíram para a prospecção de cenários que levassem em consideração as especificidades da região latino-americana em comparação a outras áreas mundiais, tais como a Teoria dos Limes, do Choque de Civilizações e da Incerteza.

Na Teoria dos Limes, de 1991, do cientista político, médico e escritor francês Jean-Christophe Rufin, foi construído um cenário prospectivo no qual estaria definida uma fronteira móvel, um “limes”, correndo no sentido Leste-Oeste, configurando o “Império” ao Norte, ou seja, os países desenvolvidos, enquanto que ao Sul estariam os chamados “Novos Bárbaros”, ou Estados pobres ou em desenvolvimento, incluindo nesse grupo todos os países sul-americanos, como Brasil e Argentina. Rufin ressaltou ainda que caberia ao “Império” cuidar apenas do seu próprio desenvolvimento, sem necessitar ajudar os países do Sul (MAFRA, 2006).

Já na Teoria do Choque de Civilizações, de 1996, o professor norte-americano Samuel Phillips Huntington descreve um cenário em que “os conflitos e guerras não mais serão entre Reis, entre Estados ou ideologias, mas sim, entre civilizações”. Com base nessas ideias, Huntington identificou no mundo atual nove civilizações distintas. Cabe ressaltar que nessa divisão, o professor excluiu a América do Sul da chamada “Civilização Ocidental”, da qual sempre fez parte junto com os EUA, Canadá e Europa Ocidental, realocando a região para a “Civilização Latino-americana”, com características próprias que a distinguem dos citados países do Norte (MAFRA, 2006).

Em sua Teoria da Incerteza, de 1992, o especialista em Geopolítica francês Pierre Lellouche não considera a América Latina como uma “zona de instabilidade”, principalmente pela ausência de grandes revoluções como em outras regiões, como a África e o Oriente Médio. Destaca ainda que na América do Sul, países como Brasil e Argentina sejam perfeitamente administráveis, desde que possuam uma grande classe média, com a maioria da população se beneficiando do todo (MAFRA, 2006).

Por fim, foram consideradas para o nosso estudo duas teorias que colocam o Brasil em um cenário que possibilita sua projeção no cenário internacional como um importante ator regional e global, como observado na Teoria do Poder Perceptível e do Quaterno.

Na Teoria do Poder Perceptível, de 1975, o Coronel do Exército dos EUA e professor Ray S. Cline entendeu como “Poder Perceptível” a “capacidade de um Estado fazer a guerra e de impor sua vontade” (MAFRA, 2006), também “em um contexto político e econômico” ressaltando que “Os Estados possuidores de maior Poder Perceptível exercerão a liderança no mundo” (MAFRA, 2006). É de sua concepção a ideia de que o “poder relativo” é o produto da combinação de características nacionais específicas, tais como a extensão geográfica (território), o crescimento populacional, os recursos, a indústria nacional, a organização militar, a estratégia e a vontade nacional. Dessas características, deu grande valor ao aspecto do crescimento populacional para definir o “poder relativo” dos Estados.

Nessa ideia, a teoria de Cline resalta o Brasil e a Argentina entre as 10 maiores potências do século XXI, estando o Brasil, em 1978, no 4º lugar, atrás apenas de potências consagradas nos dias atuais, como EUA, antiga URSS e

China, caracterizando o grande potencial dos dois países no cenário regional e mundial.

Com base em todos os cenários até aqui apresentados, em 1996, o Coronel do Exército Brasileiro Roberto Machado de Oliveira Mafra formulou a Teoria do Quaterno, com base na não aceitação por parte dos países latino-americanos dessas condições colocadas até o momento, como o tratamento recebido relativo a potências de 2ª e 3ª categoria, relegados a meros fornecedores de matéria-prima e mercado consumidor para as grandes potências dominantes. Dessa forma, sugeriu a adição de um Bloco Sul-Americano (BSA) aos três já propostos pela Teoria da Tríade, onde este teria como base econômica o MERCOSUL, composto por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, evoluindo posteriormente para a União Latino-Americana (ULA) com a adesão dos outros países latino-americanos (MAFRA, 2006).

Na política de Defesa, propôs ainda a criação de um Sistema Comum de Segurança dentro da ULA, assim como uma Força de Defesa do Bloco/União com representação de todos os países membros para livre atuação em toda a área da organização (MAFRA, 2006).

Com a reunião dos distintos pontos de vista do cenário geopolítico da América do Sul, a seguinte figura procura materializar esses conceitos:



Figura 1 – Teorias Geopolíticas aplicadas ao cenário sul-americano.

Fonte: o autor.

Para o presente trabalho, fez-se necessária a observação dessas teorias e dos cenários apresentados por estas para que fosse possível traçar uma visão sobre o

sistema internacional no qual está inserido o estudo, em particular a América do Sul, e traçar um paralelo desses cenários propostos com a formulação dos objetivos da Política Externa Brasileira para a região, assim como reforçar a importância da atuação de Brasil e Argentina.

2.1.1 O complexo regional de segurança e defesa da América do Sul

Para a melhor compreensão do cenário sul-americano em matéria de Defesa, esse estudo baseou-se na Teoria dos Complexos Regionais de Segurança abordada na obra *“Regions and Powers: The Structure of International Security”*, de Barry Buzan, Professor Emérito de Relações Internacionais da *London School of Economics*, e Ole Waever, Professor de Relações Internacionais do Departamento de Ciência Política da *University of Copenhagen*.

Segundo Buzan e Waever (2003), o cenário sul-americano constitui um ambiente “heterogêneo”, colocando as relações entre os países da região em posição intermediária de “amizade/inimizade”, ou seja, em regime de segurança (BUZAN, WEAVER, 2003). Para melhor entendimento do presente trabalho, convém destacar as diferenças assinaladas pelos autores entre o que chamam de Norte Andino e o Cone Sul, onde chegam a dividir o complexo de segurança regional (do idioma inglês *Regional Security Complex*, ou, RSC) sul-americano em dois subcomplexos.

Moraes (2010) aponta que o Norte Andino, mesmo em detrimento da assinatura de tratados, como o Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978, a partir dos anos 1980 e, sobretudo a partir dos anos 1990, passou por um aumento da conflitualidade. Além das questões envolvendo as drogas e as guerrilhas, várias contendas territoriais não resolvidas ainda existem, como o caso do litígio envolvendo Colômbia e Venezuela sobre o Golfo da Venezuela/Golfo da Colômbia, onde as reivindicações do espaço marítimo por parte de cada país são sobrepostas.

Seabra (2014) destaca que existe uma preocupação com fenômenos de criminalidade e instabilidade emanados desta zona. As atividades de movimentos organizados como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em um passado recente, são merecedoras de uma preocupação latente, na região.

Estes problemas de segurança ganham maior vulto enquanto causas de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais, que podem provocar o transbordamento de conflitos para outros países da América do Sul (BRASIL,2016 c: 4.5), nomeadamente aqueles com os quais o Brasil partilha fronteira nesta zona (Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname).

Por outro lado, Buzan e Waever (2003) ressaltam que a mudança do padrão de conflito (inimizade) para um padrão de cooperação (amizade), no Cone Sul, ocorreu basicamente em função de três processos a partir dos anos 1980: A reaproximação Brasil – Argentina; o surgimento do Mercosul; e a resolução das principais questões fronteiriças, restando apenas a do acesso boliviano ao Pacífico. (BUZAN; WAEVER, 2003)

Brasil e Argentina enxergavam-se como rivais até os anos 1970. A reaproximação Brasil – Argentina iniciou-se com a diminuição das tensões em virtude da resolução do conflito Itaipu-Corpus, modificando o relacionamento de segurança sub-regional.[...] A cooperação bilateral possibilitou as condições para o início do processo de integração do Cone Sul iniciadas durante os governos militares e mantidas após a redemocratização. (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 322-323)

Segundo Buzan e Waever (2003), a cooperação bilateral entre Brasil e Argentina reforçou o processo em curso, resultando na pacificação do Cone Sul. Com isso, Paraguai, Uruguai e Bolívia perderam sua função geopolítica de Estados-tampão e foram atraídos para a órbita do eixo dos dois países. Pagliari (2009) ainda complementa:

Nesse sentido, o Mercosul desempenha papel fundamental para a PEB, pois promove a estabilidade regional e permite aumento da cooperação entre vizinhos, uma vez que houve mudança no padrão de relacionamento, antes motivado pela rivalidade, para a atual relação de amizade. Além disso, o Mercosul também permitiu, em função do nível de amizade conquistado, a implementação de medidas de confiança mútua, inclusive no campo da energia nuclear – principal ponto de divergência e desconfiança entre Brasil e Argentina. (PAGLIARI, 2009, p. 39)

Contudo, em que pese existirem padrões securitários tão distintos entre as duas sub-regiões, não há separação entre elas, pois o Brasil é o elo que conecta os dois sub-complexos do Complexo Regional de Segurança (RSC) Sul-Americano, desempenhando papel essencial tanto no Cone Sul como no Norte Andino. (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 332)

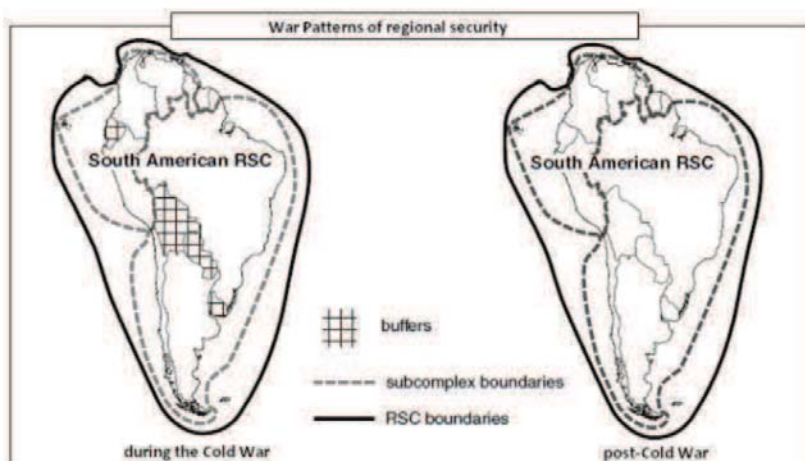


Figura 2 – Subcomplexos regionais sul-americanos

Fonte: (BUZAN; WAEVER, 2003)

Tal estudo realizado revestiu-se de grande valia para este trabalho por servir de fundamento para o estudo do desenvolvimento das relações entre Brasil e Argentina na consolidação do RSC do Cone Sul e sua contribuição para a estabilização do subcontinente sul-americano, assim como a dificuldade de integrar o Norte Andino na cooperação interestatal de Defesa.

2.2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A DIPLOMACIA MILITAR

2.2.1 As teorias de Relações Internacionais relacionadas à Política Externa Brasileira (PEB)

Para compreender a importância da política externa na consecução dos objetivos de um Estado, utilizamos nesse trabalho o conceito de Dias (2020):

A Política Externa é o Conjunto de ações e decisões de um determinado ator (geralmente, mas não necessariamente, o Estado), em relação a outros Estados ou atores externos, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Conjuga interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder. (DIAS, 2020, p. 02)

Já as Relações Internacionais, tal como o estudo sistemático das relações políticas, econômicas e sociais entre diferentes países, com foco no sistema internacional e no conjunto estrutural das interações desses países, foram articuladas em três grandes tradições de pensamento para formar campos de análise da realidade: hobbesiana, kantiana e grociana. Por consequência, temos

três modelos de análise da realidade internacional, o idealismo, o realismo e a escola inglesa (DIAS, 2010).

Para o presente trabalho, foi entendido que a visão realista de Hobbes, assim como a normativa de Grocius, seriam as mais aplicadas a esse contexto, as quais passaremos às observações seguintes.

A perspectiva do realismo político estabelece como grande princípio básico das Relações Internacionais o poder como elemento regulador de um sistema anárquico, ressaltando que um Estado deve velar pela segurança internacional. Segundo Dias (2010), os pressupostos básicos não foram modificados ao longo do tempo, mantendo-se o domínio do enfoque estatal, a separação da política interior e exterior e a primazia das colocações em relação ao poder.

O Realismo também estabelece como uma de suas premissas básicas, segundo Dias (2010), “a existência de relações de poder entre os Estados baseadas em termos econômicos, militares e a opinião pública internacional”.

A tradição hobbesiana baseia-se no pensamento de Thomas Hobbes, autor de “O Leviatã”, que aborda o “estado de natureza” do homem, sempre inclinado a lutar contra seus semelhantes (DIAS, 2010). Dessa maneira, o Realismo traça um paralelo com o “estado de natureza” de Hobbes ao identificá-lo no sistema internacional na busca dos Estados em atingir os seus interesses, em um sistema considerado anárquico devido à ausência de um poder organizado em nível internacional.

Com o passar dos anos, o Realismo passou por uma reinterpretação, momento no qual foram acrescentados novos conceitos, como a redefinição do principal pressuposto na busca do Estado por segurança, ao invés do poder, como propunha a teoria realista clássica.

Em contrapartida, a tradição grociana reconhece também o sistema internacional como caótico, porém acredita no funcionamento de uma sociedade internacional, regida por normas e regras de conduta comuns e instituições que limitam e evitam a eclosão de conflitos (DIAS, 2010).

Com base nessas distintas visões, foi verificada a necessidade nessa pesquisa de realizar o levantamento de aspectos da Política Externa Brasileira (PEB) que pudessem apontar e facilitar o entendimento sobre a postura do país em relação ao sistema internacional.

2.2.2 Os conceitos sobre Diplomacia Militar

O conceito de Diplomacia Militar ainda pode ser considerado muito recente no exercício da diplomacia e também em assuntos relacionados a Defesa. Em apoio a esse esforço para a consolidação de um entendimento eficaz, Senhoras (2012) observa o conceito de “paradiplomacia”, definindo esta com as seguintes palavras:

os distintos conceitos de paradiplomacia utilizados por especialistas revelam a convergência princípio lógica das ações desenhadas por uma série de atores para alavancar internacionalmente vantagens organizacionais, o que corrobora a compreensão de que existe uma pluralidade de estratégias de internacionalização fundamentadas em negociações, acordos ou cooperações que acontecem de modo paralelo, algumas vezes funcionais, e outras, disfuncionais, à atuação da alçada diplomática dos Estados Nacionais.”(Senhoras, 2012, p. 23)

Nesse ínterim, foi amadurecido nos últimos anos o conceito de Diplomacia de Defesa e Diplomacia Militar como uma espécie de “paradiplomacia”, como mais uma ferramenta das Relações Internacionais desenvolvida pelo Estado. De acordo com Silva (2014), a diplomacia de defesa “se caracteriza por seu campo de atuação, aquele relacionado com os recursos tangíveis e intangíveis da Defesa, e por sua natureza não coercitiva”. O mesmo autor também afirma que, apesar da cooperação militar ser um componente fundamental da Diplomacia de Defesa, esta não se restringe somente àquela. (SILVA, 2014).

Para Plessis (2008) o que diferencia a Diplomacia de Defesa da Diplomacia Militar é que a primeira “[...] transcende o uso de meios militares no modo político como um adjunto à diplomacia, mas constitui o uso de meios militares no modo diplomático como uma forma distinta de diplomacia”.

Cottey e Foster (2004) a trataram como o “uso, em tempos de paz, de forças armadas e sua estrutura relativa (primariamente ministérios da defesa) como uma ferramenta de política externa e de segurança”. Willard (2006), do American Security Project, descreve a diplomacia pública militar como a “comunicação e a construção de relacionamento militar com audiências públicas e militares estrangeiras com o propósito de atingir objetivos de política externa”. Coutau-Bégarie (2010), na França, define a Diplomacia Militar como a “participação das Forças Armadas em ações da diplomacia francesa”.

O professor Singh, da PLA Universidade de Relações Internacionais, de Pequim, define a Diplomacia Militar da seguinte forma:

As atividades externas conduzidas por forças armadas que são representativas dos interesses militares de segurança de um Estado ou grupo de Estados. Ela é uma importante parte integrante da diplomacia geral de um Estado...A diplomacia militar pode ser compreendida estritamente e amplamente. No amplo sentido, ela se refere a todas as atividades externas relacionadas à segurança nacional e às forças armadas; no sentido estrito, ela especificamente se refere às relações exteriores que a organização de defesa nacional e as forças armadas conduzem ou das quais participam. (SINGH, 2011, p.01)

Tendo em vista esses objetivos, Muthanna (2016) define as atividades que podem ser exercidas pelas Forças Armadas dos diversos países no exercício da Diplomacia Militar:

“[...] diálogos políticos, de segurança e defesa estratégica; acordos e tratados de defesa; transparência de intenções em relação à política de defesa nacional; assistência na manutenção da legalidade e legitimidade do governo; intercâmbio de pessoal militar e de percepções; participação em operações de paz da ONU; fortalecimento das relações de defesa para promover influência e o acesso próprios; reforçar as próprias capacidades de defesa nas áreas de equipamento de defesa; assistência amistosa a países estrangeiros para desenvolver suas capacidades de defesa; assumir compromissos militares internacionais para melhorar sua própria capacidade militar; promover a interoperabilidade militar e de defesa; designação de adidos de defesa para outros países; e ações específicas de diplomacia de defesa.” (MUTHANNA, 2016, p. 52).

Diante do exposto, pode-se inferir que, apesar de Política Externa e Política de Defesa constituírem, em princípio, dois instrumentos distintos de um Estado soberano, a interseção entre estes possibilita uma catalisação na busca dos objetivos nacionais. Tais conceitos foram de extrema importância para a definição de quais aspectos da Diplomacia Militar seriam levadas em consideração para avaliarmos seus impactos sobre a PEB no contexto sul-americano da última década.

3 O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE DIPLOMACIA MILITAR NO CONTEXTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Segundo Dias (2020), apesar da posição do Brasil no sistema internacional, o país adota uma tradição da visão realista, com alternância das influências teóricas hobbesiana e grociana.

Com base em cenários e conjunturas analisadas, o Governo Brasileiro desenvolveu uma Política Externa visando alcançar seus objetivos, a saber, a autonomia para a condução dos rumos do país no cenário interno e internacional, assim como a busca incessante pelo desenvolvimento (DIAS, 2020), estendendo esses objetivos para as mais diversas áreas do Poder Federal, inclusive, na elaboração de uma Política de Defesa Nacional (PDN).

3.1 A DIPLOMACIA MILITAR E A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Em 1996, tem lugar a primeira tentativa de consenso no planejamento estratégico de defesa sob um governo democrático, através da publicação da Política de Defesa Nacional (PDN).

Entre os objetivos concretos para a Defesa Nacional, incluía-se: “a consecução e a manutenção dos interesses brasileiros no exterior; a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional” e a “contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais” (AMORIM, 2012). Convém ressaltar que o mesmo documento já previa a necessidade de integração com a política externa e de interoperabilidade entre os respectivos ramos das Forças Armadas. O mesmo documento ainda ressalta:

3.1 A paz e a estabilidade nas relações internacionais requerem ações integradas e coordenadas nas esferas do Desenvolvimento, para a redução das deficiências estruturais de uma nação, viveiros para o surgimento de ameaças à soberania e ao bem-estar social; da Diplomacia, para a conjugação dos interesses conflitantes de países; e da Defesa, para a dissuasão ou o enfrentamento de ações hostis. Esses três pilares – Desenvolvimento, Diplomacia e Defesa – devem ser explorados com maior ou menor profundidade conforme o caso concreto, a fim de garantir a Segurança e a Defesa nacionais. (BRASIL, 2016, p. 25).

A criação do Ministério da Defesa (MD), em 1999, alavancou a criação de um arcabouço legal e normativo que pautasse a política de defesa do Brasil, a saber: a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa.

Em 2005, com a publicação da nova PND o objetivo era então claro: procurar estabelecer objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em prol da defesa nacional. Para isso, foram elaborados alguns Objetivos Nacionais de Defesa (OND), dentre os quais destacamos os seguintes:

III. Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior.

Significa proporcionar condições de segurança aos brasileiros no exterior, assegurando o respeito aos direitos individuais ou coletivos, privados ou públicos, a execução de acordos internacionais, de modo a zelar também pelo patrimônio, pelos ativos econômicos e recursos nacionais existentes fora do Brasil, de acordo com o regramento jurídico internacional (BRASIL, 2016, p. 09).

V. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.

Refere-se à participação do Brasil nos mecanismos de resolução de controvérsias no âmbito dos organismos internacionais, complementada pelas relações com toda a comunidade mundial, na busca de confiança mútua, pela colaboração nos interesses comuns e pela cooperação em assuntos de segurança e defesa (BRASIL, 2016, p.09).

VI. Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.

Caracteriza-se pelas ações no sentido de incrementar a participação do Brasil em organismos e fóruns internacionais, em operações internacionais, visando auferir maior influência nas decisões em questões globais (BRASIL, 2016, p. 09).

Já a Estratégia Nacional de Defesa (END) é o documento que estabelece diretrizes para a adequada preparação e capacitação das Forças Armadas Brasileiras, de modo a garantir a segurança do país tanto em tempo de paz, quanto em situações de crise. (BRASIL, 2016)

A concepção estratégica de defesa do Brasil prevê a prevalência da ação diplomática, em tempo de paz ou de crise, em que será perseguido o entendimento para eventuais divergências e disputas, observando-se os preceitos do direito internacional e os compromissos firmados pelo País. As ações do Setor de Defesa, constituído pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, contribuem para o propósito da diplomacia ao interagirem com as contrapartes de outros países, incrementando-se a confiança mútua e os laços de amizade. (BRASIL, 2016, p. 05).

Em sua concepção estratégica, a END prevê a prevalência da ação diplomática como forma de perseguir o entendimento em situações divergentes ou disputas, em tempos de paz ou de crise (BRASIL, 2016). E complementa ao esclarecer a importância das ações do setor de Defesa ao contribuírem “para o propósito da diplomacia ao interagirem com as contrapartes de outros países, incrementando-se a confiança mútua e os laços de amizade” (BRASIL, 2016).

Na época havia um contraste com o restante do contexto regional sul-americano, pois o Brasil ainda não possuía tal tipo de orientações, sobretudo já tendo em conta as propostas para a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa (CSD) no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) (AMORIM, 2013).

Sua publicação em 2008 pretendia fixar as bases para a consolidação do poder civil na direção da defesa nacional, através de ações estratégicas de médio e longo prazo, ao mesmo tempo que determinou as competências que caberiam nesse processo aos elementos civis e diferentes ramos das Forças Armadas (AMORIM, 2012). Ela possui íntima relação com a PND, que “fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los. A END, por sua vez, estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política”. (BRASIL, 2016, p. 7).

Dentro dessa ideia, podemos elencar como de interesse para o presente trabalho as seguintes Estratégias de Defesa (ED) e suas Ações Estratégicas de Defesa (AED) presentes nesse documento:

OND-3: SALVAGUARDAR AS PESSOAS, OS BENS, OS RECURSOS E OS INTERESSES NACIONAIS, SITUADOS NO EXTERIOR

ED-2 Fortalecimento da capacidade de dissuasão

Trata do desenvolvimento, do aprimoramento e da consolidação dos fatores que conferem ao País condições para desestimular qualquer ação hostil contra sua soberania, seus interesses, anseios e aspirações.

[...]AED-33 Incrementar a participação das Forças Armadas em exercícios operacionais com outros países.

AED-34 Promover o adestramento, a atualização tecnológica dos meios materiais e doutrinária dos recursos humanos, para a participação das Forças Armadas em operações internacionais.

ED-7 Emprego de ações diplomáticas relacionadas à defesa

Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao fortalecimento da confiança, ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação.

Considera, adicionalmente, o relacionamento do Setor de Defesa com demais órgãos estatais e não-estatais e com a sociedade de outros países.

AED-36 Incrementar o relacionamento com o Setor de Defesa de outros países” (BRASIL, 2016).

OND-5: CONTRIBUIR PARA A ESTABILIDADE REGIONAL E PARA A PAZ E A SEGURANÇA INTERNACIONAIS

[...]ED-12 Promoção da cooperação internacional

Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação.

AED-47 Intensificar as medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais.

AED- 48 Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países.

AED-49 Intensificar a realização de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos plurilaterais, e de iniciativas de cooperação em áreas de interesse de defesa.

AED-50 Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais” (BRASIL, 2016, p. 27 - 32).

OND 6: CONTRIBUIR PARA O INCREMENTO DA PROJEÇÃO DO BRASIL NO CONCERTO DAS NAÇÕES E SUA INSERÇÃO EM PROCESSOS DECISÓRIOS INTERNACIONAIS

ED-12 Promoção da cooperação internacional

Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação.

AED-47 Intensificar as medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais.

AED- 48 Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países.

AED-49 Intensificar a realização de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos plurilaterais, e de iniciativas de cooperação em áreas de interesse de defesa.

AED-50 Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais” (BRASIL, 2016, p. 34 - 37).

3.2 A CONSOLIDAÇÃO DA DIPLOMACIA MILITAR

Para o presente trabalho, foi considerado o esforço do Ministro da Defesa do Governo Dilma (2011-2015) Celso Amorim, que também era Diplomata, na conformação desse raciocínio por ocasião de sua passagem por esse Ministério.

Nas palavras de Amorim (2013), a elaboração de uma "grande estratégia", que permita a "correspondência entre os meios e as finalidades políticas de um Estado nos planos interno e externo", envolvendo a "coordenação entre diferentes órgãos de Estado com vistas à proteção da soberania do Brasil e à sua projeção pacífica no mundo" e na qual "Defesa e Relações Exteriores, militares e diplomatas" sejam os "responsáveis mais diretos pela execução dessas tarefas" seria uma resposta justa ao desenvolvimento natural do cenário mundial.

Com fundamento nesse pensamento, o conceito de Diplomacia Militar como uma espécie de "paradiplomacia", como mais uma ferramenta das Relações Internacionais desenvolvida pelo Estado, foi amadurecido no Brasil nos anos de 2011 até os dias atuais.

Em 2012, foi produzido o Livro Branco de Defesa (LBD), cuja publicação tinha sido tornada pública, obrigatória e regular com a aprovação de Lei complementar.

Acima de tudo, reafirmou-se os elementos conceptuais e diretrizes expostas, tanto na PDN como na END e procurou-se também divulgar e detalhar a visão geral do poder executivo na área de Defesa. Contudo, a sua principal contribuição consistiu, sem dúvida, em ajudar e melhor instrumentalizar as relações entre o poder executivo e o Congresso assim como a incentivar o debate na sociedade brasileira sobre questões de Defesa com o objetivo de gerar maior transparência e confiança - tanto interna como externa - quanto aos objetivos pretendidos com este tipo de documentos. Esse documento apresentou também uma discriminação dos efetivos militares brasileiros no país e no exterior (AMORIM, 2012).

Sobre a relação existente entre a PEB e a política de Defesa, o documento deixa explícito que:

As políticas externa e de defesa são complementares e indissociáveis. A manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo, de grande interesse para o Brasil, serão favorecidos pela ação conjunta dos Ministérios da Defesa (MD) e das Relações Exteriores (MRE) (BRASIL, 2016, p. 07)

Com efeito, em conjunto com a publicação do Livro Branco, os primeiros dois documentos receberam uma ligeira revisão das suas disposições, entre essas, a redefinição do entorno estratégico brasileiro:

A América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países limítrofes da África, assim como a Antártida. Ao norte, a proximidade do mar do Caribe impõe que se dê crescente atenção a essa região (BRASIL, 2016, p. 37)

Com o intuito de alinhar as atividades realizadas pelo Exército em âmbito internacional com a PND e a END, foi criada em 2013 as Diretrizes para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI).

Essas diretrizes foram emanadas com os seguintes objetivos: aprofundar o relacionamento no campo militar com os países de maior interesse para o Brasil; contribuir com a defesa dos interesses do EB, por meio dos adidos militares, da ligação com os adidos estrangeiros acreditados no Brasil, da participação em eventos internacionais, das visitas de autoridades militares brasileiras ao exterior e da recepção de autoridades militares estrangeiras no Brasil; auxiliar na projeção de uma imagem positiva do Brasil no concerto das nações, particularmente pela contribuição à paz e à segurança internacionais e pela participação em instâncias internacionais relevantes; assessorar os chefes de missões diplomáticas brasileiras no exterior; e coordenar com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio do MD, as medidas necessárias para que o trabalho diplomático, nos temas afetos à Força, reflita, com precisão, os interesses da Defesa”. (BRASIL, 2013).

As DAEBAI também reforçaram a importância da “solução pacífica de controvérsias e sua confiança nos princípios e normas do direito internacional” (BRASIL, 2013), complementando a seguir:

[...] manter um diálogo regular sobre questões bilaterais e multilaterais de interesse mútuo, no âmbito da Defesa, fomentando a cooperação, a integração e a confiança recíproca com os exércitos de outros países; [...] apoiar e contribuir com os esforços dos exércitos dos países amigos para consolidarem suas estruturas; facilitar a consecução de um marco jurídico que regule o desenvolvimento, no âmbito da Defesa, das relações bilaterais e multilaterais[...]. (BRASIL, 2013, p. 13)

E ainda com uma significativa contribuição para este trabalho, pela primeira vez oficialmente, coloca a visão da instituição sobre a diplomacia militar, definindo a mesma da seguinte forma:

Conjunto de ações de cooperação na Área de Defesa, levadas a efeito entre países amigos, incluindo estabelecimento de aditâncias militares,

realização de conferências bilaterais, ações militares combinadas, intercâmbios entre estabelecimentos de ensino, entre outras. (BRASIL, 2013, p. 27)

E complementa:

No âmbito da Defesa, a Diplomacia Militar visa promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial. (BRASIL, 2013, p. 27)

No contexto nacional, as DAEBAI ainda definem a função da Diplomacia Militar da seguinte forma:

A diplomacia militar deve favorecer a Preclusão Estratégica, que abrange o conjunto de ações voltadas para a prevenção e neutralização de agressões que tornariam imperativo o uso da força militar pelo Brasil em condições que potencialmente escalariam a situação para uma crise mais grave. Assim, poderá incluir programas de cooperação específicos para um determinado país, definindo estratégias diferenciadas para a atuação de adidos militares e para o oferecimento de oportunidades de intercâmbio subsidiadas pelo Brasil. (BRASIL, 2013, p. 28)

Como não poderia ser de diferente forma, no Brasil, dentro do cenário sul-americano, principalmente da última década, essa linha tênue que separa iniciativas de Política Externa de iniciativas de Política de Defesa e de Diplomacia Militar é cada vez mais difusa, com ambos os domínios a cruzarem-se e a reforçarem-se mutuamente.

4 A DIPLOMACIA MILITAR E A CONSTRUÇÃO DA ESTABILIDADE REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL

No âmbito da atuação das Forças Armadas de forma diplomática na América do Sul, podemos destacar que:

[...] a participação articulada de militares e diplomatas em fóruns multilaterais, como o Conselho de Defesa Sul-Americano e os diálogos político-militares, incrementa a possibilidade de as políticas externa e de defesa do país se anteciparem, de maneira coerente e estratégica, às transformações do sistema internacional e de suas estruturas de governança, facilitando, assim, a tarefa de defender, no exterior, os interesses brasileiros. (BRASIL, 2016)

Senhoras (2012) evidencia bem essa importância da Diplomacia Militar na conquista e manutenção da estabilidade na região sul-americana ao afirmar que, antes mesmo de ser “um fenômeno estruturado por vetores tradicionais de cooperação política e diplomática”, a regionalização dessa segurança já havia sido articulada por um “movimento de cooperação militar de mais longa duração, que acontecera de maneira relativamente autônoma, embora convergente, com a política externa dos países”.

A Política Nacional de Defesa (2016) coloca que:

O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e inclui a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África (BRASIL, 2016, p. 36).

O documento enfatizou também as iniciativas de cooperação entre as Forças Armadas vizinhas com vista a garantir a paz e estabilidade regionais. Prova disso é a inclusão de um novo objetivo entre a atualização dos anteriores, constantes da versão de 1996 nomeadamente, a “promoção da estabilidade regional” (BRASIL, 2016)

2.3.9 No âmbito regional, o período sem conflitos graves e a convergência de interesses poderão contribuir para o incremento da cooperação entre os países Sul-americanos, o que promoverá a consolidação da confiança mútua e a execução de projetos de defesa, visando, dentre outros, ao desenvolvimento de capacidades tecnológicas e industriais, além de estratégias para a solução de problemas comuns (BRASIL, 2016, p. 38).

2.3.11 Em que pese a América do Sul constituir-se numa das regiões mais estáveis do mundo, não se pode desconsiderar a possibilidade de

tal circunstância vir a sofrer interrupção, de sorte que o Brasil poderá ver-se compelido a contribuir para a solução de eventuais controvérsias sub-regionais ou mesmo para defender seus interesses. O reforço dos mecanismos de cooperação e integração na região, merece, portanto, atenção especial (BRASIL, 2016, p. 38).

3.2 Portanto, sendo a Defesa uma atividade preponderantemente voltada contra ameaças externas e considerando os aspectos constantes dos ambientes nacional e internacional, o Brasil concebe sua Defesa Nacional segundo os seguintes posicionamentos:

VIII. sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins;

IX. promover o intercâmbio com países de maior interesse estratégico no campo de defesa; (BRASIL, 2016, p. 41)

A Estratégia Nacional de Defesa (2016) estabelece as seguintes Estratégia de Defesa (ED) e Ações Estratégicas de Defesa (AED) para que seja alcançado o Objetivo Nacional de Defesa (OND) de “contribuir para a estabilidade regional e para a paz e segurança internacionais”:

OND-5: CONTRIBUIR PARA A ESTABILIDADE REGIONAL E PARA A PAZ E A SEGURANÇA INTERNACIONAIS

ED-11 Promoção da integração regional

Trata-se das ações que visam à consolidação de uma mentalidade própria de defesa no âmbito da América do Sul, buscando-se incrementar o nível de comprometimento dos países da Região, nos esforços conjuntos para solução de problemas comuns nesse tema.

AED-44 Estimular o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa.

AED-45 Intensificar as parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas dos países da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL.

AED-46 Incrementar a participação brasileira no Conselho de Defesa Sul-Americano – CDS/UNASUL.(BRASIL, 2016, p. 56)

Dessa maneira, na América do Sul, o Brasil atua em prol do estabelecimento de uma “comunidade de segurança” no subcontinente. Esse papel de relevância desempenhado pelo Brasil demonstra que o país tem recurso de poder para liderar a região, pois possui capacidade, expressa em sua PND e END, para “organizar” o espaço regional, sendo de vital importância para isso a integração e cooperação com seus vizinhos, em especial para o presente trabalho, a Argentina.

4.1 A RELAÇÃO BRASIL-ARGENTINA E O DIÁLOGO DE DEFESA REGIONAL

Para compreensão da importância da relação entre Brasil e Argentina no contexto da integração sul-americana e, principalmente, no papel dos militares dos referidos países na manutenção da estabilidade regional, com ênfase na última década, fez-se necessário uma rápida passagem pelos principais eventos anteriores ao espaço temporal dessa pesquisa envolvendo os mesmos até o presente momento.

4.1.1 Os governos militares e o início da cooperação

Conforme abordado anteriormente nesse trabalho, até a década de 1970, a relação entre os dois países era de “inimizade”, sendo comum que um considerasse o outro como potencial inimigo regional. Segundo Landim (2014), a aproximação entre Brasil e Argentina foi um dos eventos mais relevantes para a estruturação das bases do atual estágio de integração regional. Como ambos eram governados por militares à época, podemos destacar a importância das Forças Armadas nessa aproximação.

Para Landim (2014), o principal ponto de discórdia entre Brasil e Argentina, à época, era a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Após negociações e estudos técnicos desenvolvidos pelos governos militares foi assinado o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, em 1979, entre Brasil, Argentina e Paraguai, dando início ao aumento da cooperação nas relações Brasil-Argentina. Hurrel (1998) complementa que em 1980, “mais de vinte acordos bilaterais foram assinados entre os dois países e o presidente Figueiredo realizou uma visita oficial à Buenos Aires, depois de mais de quarenta anos da visita do último presidente brasileiro, Getúlio Vargas, em 1935”.

Landim (2014) também destacou a atuação dos governos militares em relação à questão do desenvolvimento da energia nuclear na região. Após estudos de viabilidade da convergência entre os dois programas nucleares, Brasil e Argentina assinaram, em 17 de maio de 1980, o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicações dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Para Aguillar (2010), “os países buscaram aliviar a pressão das grandes potências acerca de uma possível corrida nuclear na região. Assim, brasileiros e argentinos encontraram na cooperação uma maneira de enfrentar a pressão exterior”. A assinatura da Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, de 1985, promoveu o surgimento de

“projetos concretos de colaboração”. (OLIVEIRA, 1996, p. 136-138)

Outro fato marcante na relação entre os países se deu por ocasião da Guerra das Malvinas (1982) quando Argentina e Reino Unido travaram um conflito armado disputando o território das Ilhas Malvinas/Falklands, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, Rocha (2016) destaca:

Ademais, não pode ser esquecida a postura do Brasil com relação à Guerra das Malvinas, em 1982. Os militares brasileiros, ainda no poder, na figura do presidente Figueiredo, resolveram, apesar da neutralidade oficial, ajudar a Argentina, cedendo material militar e franqueando os portos brasileiros para a exportação dos produtos argentinos, que sofriam embargos impostos pelos países europeus, outro gesto significativo para as relações com a Argentina (ROCHA, 2006, p. 118).

Com isso, a atuação dos governos militares nas décadas de 1970 e 1980 promoveram a percepção da necessidade de cooperação entre Brasil e Argentina para dissipar a desconfiança das grandes potências acerca de um possível conflito de interesses entre os dois países na região, fortalecendo a estabilidade regional no Cone Sul.

4.1.2 O neoliberalismo, o foro de São Paulo e o diálogo de Defesa

De acordo com Soares e Milani (2016), o retorno de civis aos governos dos dois países foi seguido por um período de afastamento dos militares do meio Político e, por consequência, foi um período de arrefecimento em relação aos assuntos de Segurança Internacional e Defesa na região.

Durante a década de 1990, A concepção neoliberal influenciou a Política Exterior dos dois países, gerando uma postura de maior adesão à ordem liberal internacional, inclusive nos campos de Defesa e da Segurança Internacional, com a adesão de ambos ao regime de não proliferação nuclear. Contudo, devido às diferenças na adoção dos princípios neoliberais, não houve convergência entre Brasil e Argentina em suas estratégias de inserção internacional, assim como em um diálogo sobre Defesa. (SOARES; MILANI, 2016, p. 33)

De forma paralela aos governos liberais, convém destacar no presente trabalho a ascensão de movimentos de esquerda na região durante esse período e suas consequências para a integração sul-americana, principalmente, nas décadas que se seguem, com destaque para a realização do 1º Encontro do Foro de São Paulo, de 1º a 4 de julho de 1990, na cidade de São Paulo, Brasil.

De acordo com Pomar (2013):

O Foro de São Paulo (FSP) é uma organização que reúne partidos políticos e organizações de esquerda, criada em 1990, a partir de um seminário internacional promovido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), do Brasil, que convidou outros partidos e organizações da América Latina e do Caribe para promover alternativas às políticas dominantes na região durante a década de 1990, chamadas de "neoliberais", e para promover a integração latino-americana no âmbito econômico, político e cultural. (POMAR, 2013, p. 13)

Apesar de, inicialmente, a proposta de integração latino-americana do encontro não abranger a área de Defesa e o campo militar, foi observado futuramente uma mudança nesse pensamento, que será abordado na análise sequente sobre as mudanças no subcontinente durante a década de 2000.

4.1.3 O efeito “onda rosa”, a UNASUL e o CDS na política de Defesa regional

Soares e Milani (2016) descrevem o movimento de “Guinada à esquerda” ou “Onda Rosa” da seguinte forma:

Guinada à esquerda, onda rosa ou maré rosa são expressões usadas na análise política do início do século XXI, para referir-se à percepção da crescente influência da esquerda na América Latina, entre o fim da década de 1990 e o início dos anos 2000, quando foram eleitos muitos chefes de Estado ligados a partidos reformistas de esquerda, a exemplo de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil, Néstor Kirchner na Argentina), entre outros. (SOARES, MILANI, 2016, p. 15)

Sobre o período em questão, Sader (2009) explica que:

Durante a década de 2000, a América do Sul foi marcada pela emergência de governos que, de maneira diferenciada, buscaram promover mudanças nas políticas públicas de seus respectivos países questionando aspectos das políticas neoliberais e convergentes ao Consenso de Washington prevalecente na década anterior, o que influenciou sua inserção internacional e concepção de regionalismo. Nesse contexto, tanto Brasil como Argentina presenciaram a ascensão ao poder de governos progressistas – Lulismo e Kirchnerismo, respectivamente – e buscaram promover mudanças internas e impulsionar alternativas às políticas externas, diferente do alinhamento com os EUA. (Sader, 2009, p. 09)

Dentre essas mudanças nas Políticas Externas de ambos os países, podemos apontar o foco na construção de uma identidade regional na área da Defesa e Segurança Internacional.

Segundo Soares e Milani (2016), o Presidente do Brasil adotou para a Política Externa a ideia de “mudança sem confrontação” em relação à potência continental EUA, podendo ser percebida por extensão na Política de Defesa, assim como nas relações entre civis e militares. Dessa forma, empenhou-se mais em fortalecer a região baseando-se numa configuração para a orientação na política externa alinhando interesses do Itamaraty (Relações Exteriores) e das Forças Armadas,

como exemplo, a participação de tropas brasileiras na Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), a partir de 2004, visando a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, assim como o empenho no projeto da UNASUL.

Sobre a UNASUL, foi observado que essa ideia foi amplamente debatida e impulsionada no âmbito regional pelo Foro de São Paulo, já com alusão direta a sua criação e do CDS, observado em trechos da Declaração Final do XIV Encontro do Foro de São Paulo, em 2008:

Saudamos e apoiamos firmemente a criação da UNASUL, que engloba iniciativas como as do Banco do Sul, como eixo de uma futura unidade dos países e dos povos da América do Sul, e a proposta de criação do Conselho Sul-americano de Defesa. Seu fortalecimento permitirá avançar na criação de uma organização permanente integrada unicamente pelos países da América Latina e do Caribe, sem exclusões. (POMAR, 2013, p. 03)

Comprovamos, nesse sentido, que o Presidente do Brasil à época, Luís Inácio Lula da Silva, membro e fundador do Foro de São Paulo, seguiu exatamente nessa direção, trabalhando com vistas ao cumprimento desse objetivo, como explora Lima e Soares (2013):

Concomitante à manutenção de boas relações, o Brasil atuou ativamente na construção de organismos regionais, a exemplo da UNASUL, que excluiu explicitamente os Estados Unidos e visava a que os conflitos e tensões regionais pudessem ser resolvidos de forma interna, sem a participação da potência do Norte. Essa cooperação regional significou uma tentativa de construção de um espaço geopolítico com autonomia no que se refere aos EUA, potência externa ao subcontinente, especialmente com a criação do Conselho de Defesa Sul-americano. A construção do organismo representa uma inovação geopolítica, tendo em vista que, até então, a coordenação política e discussão de temas de Defesa tinha como âmbito principal de referência as organizações hemisféricas (LIMA; SOARES, 2013, p. 05).

Além disso, Soares e Milani (2016) reforçam que, nas questões relativas à política de defesa, o governo de Lula promoveu “o embrião de uma perspectiva normativa mais clara neste campo”, exemplificando sua posição com a primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa e os primeiros passos para a apresentação do Livro Branco de Defesa Nacional.

Sobre o posicionamento do governo argentino à época, Soares e Milani (2016) ressaltam o papel do país na materialização da ideia da integração regional por meio da UNASUL:

Em relação ao período Kirchner, a partir da concepção de aproximação com a região, as relações com os vizinhos foram apresentadas como prioritárias

pelo governo. As mudanças na forma de entender a integração regional também podem ser percebidas na criação da UNASUL, a qual tem um caráter menos comercial e visa à coordenação regional em diversos âmbitos, com destaque para a articulação política e cooperação em Defesa. [...] Apesar de uma resistência inicial à proposta brasileira de ampliar a integração regional para o âmbito sul-americano, após a construção da UNASUL, o país passou a atuar ativamente no bloco, com destaque para o importante papel exercido por Néstor Kirchner como primeiro Secretário-Geral. (SOARES, MILANI, 2016, p. 25)

Lima e Soares (2013) enfatizam que a postura argentina é mais clara que a brasileira no âmbito específico da cooperação em Defesa, sendo que há uma “transferência de parte da Defesa para o âmbito regional”, ou seja, a postura argentina neste âmbito não apenas é cooperativa, mas tende a ser integrativa. No *Libro Blanco de la Defensa*, de 2010, houve a afirmação que:

A concepção argentina se funda também no reconhecimento da importância que a cooperação interestatal e o multilateralismo possuem na questão [da Defesa], como genuínos instrumentos complementares da política de defesa própria. [...] Argentina concebe sua defesa em uma dupla dimensão de autônoma, por um lado, e cooperativa, por outro (Argentina, 2010, p. 44, tradução livre)

Com base no exposto, inferimos que o movimento conhecido como “onda rosa” propiciou um ambiente de integração regional no subcontinente sul-americano, com destaque para a atuação dos governos Lula, no Brasil, e Kirchner, na Argentina, membros do Foro de São Paulo, para a materialização dessa ideia na criação da UNASUL. Por meio desta, foi possível o aprofundamento na cooperação e integração na área de Defesa entre os países da região com vistas a impedir uma possível intervenção extra regional em quaisquer dos seus países integrantes, intensificado com a criação do Conselho de Defesa Sul-americano.

4.1.4 O CDS na política de Defesa regional

Arias e Maanen (2013) explicam que “a criação do CDS, no início do processo de afirmação da UNASUL, infere a vontade política em cooperar nos temas de defesa e segurança, com o intuito de facilitar respostas às possíveis ameaças contra seus Estados membros, proporcionar a paz e a estabilidade na região”.

Enquanto a Venezuela de Hugo Chávez, propunha a criação de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), inspirada na OTAN e de caráter anti-imperialista, a proposta brasileira, que se materializaria na construção do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), foi a de um órgão que objetivasse a cooperação e coordenação em Defesa, assim como a construção de uma identidade

regional (UNASUL, 2008). Segundo Landim (2014), essa proposta encontrou resistência por parte de países do Norte Andino, em especial, Colômbia e Venezuela.

O Conselho de Defesa Sul-americano foi um dos doze conselhos setoriais da UNASUL, constituindo-se em uma “instância de consulta, cooperação e coordenação em matéria de Defesa, em harmonia com as disposições do Tratado Constitutivo da UNASUL” (LANDIM,2014). Oficialmente, foi criado em 16 de dezembro de 2008, em Salvador – BA, apenas sete meses após a adoção do tratado constitutivo da UNASUL.

O Conselho era composto por todos os Ministros da Defesa dos doze países da UNASUL, entre eles, Brasil e Argentina. Dos seus objetivos gerais, podemos destacar:

- b) Construir una identidad suramericana en materia de defensa, que tome en cuenta las características subregionales y nacionales y que contribuya al fortalecimiento de la unidad de América Latina y el Caribe.
- c) Generar consensos para fortalecer la cooperación regional en materia de defensa.(UNASUL, 2008, p. 10)

Em relação ao CDS, o documento estabelece os seguintes objetivos específicos:

- a) Avanzar gradualmente en el análisis y discusión de los elementos comunes de una visión conjunta en materia de defensa.
- b) Promover el intercambio de información y análisis sobre la situación regional e internacional, con el propósito de identificar los factores de riesgo y amenaza que puedan afectar la paz regional y mundial.
- c) Contribuir a la articulación de posiciones conjuntas de la región en foros multilaterales sobre defensa, dentro del marco del artículo 14º del Tratado Constitutivo de UNASUR.
- d) Avanzar en la construcción de una visión compartida respecto de las tareas de defensa y promover el diálogo y la cooperación preferente com otros países de América Latina y el Caribe.
- e) Fortalecer la adopción de medidas de fomento de la confianza y difundir las lecciones aprendidas.
- f) Promover el intercambio y la cooperación en el ámbito de la industria de defensa.
- g) Fomentar el intercambio en materia de formación y capacitación militar, facilitar procesos de entrenamiento entre las Fuerzas Armadas y promover la cooperación académica de los centros de estudio de defensa.
- [...]
- j) Intercambiar experiencias sobre los procesos de modernización de los Ministerios de Defensa y de las Fuerzas Armadas. [...] (UNASUL, 2008, p. 12)

Segundo Souza Filho, a ideia de Jobim em afastar o CDS de um formato de coalizão foi a mais acertada, pois o “relacionamento militar existente entre os países sul-americanos inviabiliza qualquer tentativa de se criar aliança com caráter coletivo, visando à defesa do subcontinente.” E complementa que a “opção por sua natureza menos ambiciosa foi correta, pois tem contribuído para gerar iniciativas de cooperação e crescimento da confiança mútua entre os países e entre suas Forças Armadas” (SOUZA FILHO, 2011, p. 277).

Em entrevista a Landim (2014), o General de Exército Gleuber Vieira, Ministro do Exército e Comandante do Exército, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, reforçou que “essa iniciativa é uma tentativa de utilização dos militares para minorar possíveis choques que existirão em outras áreas. Assim, o estamento militar seria o alicerce para a UNASUL prosperar, pois não encontraria maiores resistências na área de Defesa”.

Por meio da UNASUL e do CDS, o Estado brasileiro implementa uma agenda de segurança regional na América do Sul, aproveitando o afastamento dos EUA da região, baseada na busca de integração das políticas de defesa e no fortalecimento da indústria bélica, visando a possibilidade de exportações para outros continentes (SEQUEIRA, 2009).

Sobre a participação da Argentina na CDS, Soares e Milani destacaram que:

No que se refere à política de Defesa, a Argentina atuou de maneira ativa no Conselho de Defesa Sul-americano, em particular pela proposta de criação do Centro de Estudos Estratégicos (CEED), vinculado ao CDS e que possui sede em Buenos Aires; a atuação conjunta com o Chile na construção de uma metodologia sul-americana para mensurar gastos de Defesa e sua participação no projeto da Escola Sul-americana de Defesa (ESUDE). (SOARES, MILANI, 2013, p. 53)

Dessa forma, as relações entre Brasil e Argentina na área de Defesa foram de extrema importância para o avanço de uma política de âmbito regional sobre o tema, com a promoção de ações no campo da Diplomacia Militar, tais como diálogos políticos, de segurança e defesa estratégica, acordos e tratados, fortalecimento das relações de defesa para promover influência e o acesso próprios, entre outras, afirmando o papel preponderante da Diplomacia Militar, simbolizando uma solução inédita para a agenda de segurança e defesa da região.

Esses fatos provocaram o diálogo e propiciou o aumento da confiança mútua entre essas nações, constituindo uma demonstração da liderança brasileira e da

importância da cooperação com a Argentina para a consecução do objetivo de construir uma “zona de paz” no cenário geopolítico sul-americano.

5 AS AÇÕES NA DIPLOMACIA DE DEFESA E MILITAR EM RELAÇÃO A ARGENTINA NA ÚLTIMA DÉCADA

Conforme abordado anteriormente, o período de 2010 até 2019 foi marcado pelo movimento conhecido como “onda conservadora” ou “onda azul”, que se caracterizou pela ascensão de grupos políticos considerados de ideologia conservadora ou neoliberal em diversas regiões do mundo em contrapartida a movimentos de esquerda ou governos progressistas. A figura a seguir demonstra essa evolução:

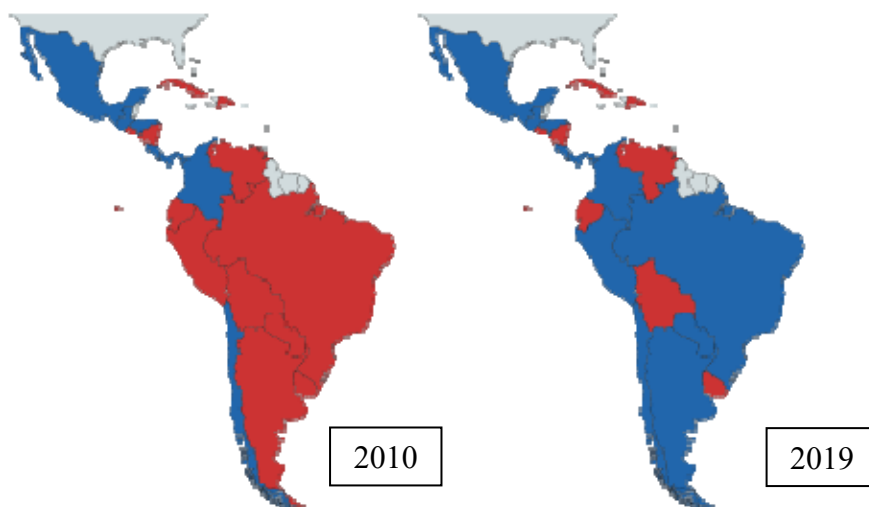


Figura 3 – Evolução dos governos conservadores (em azul) na última década.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Onda_conservadora

Convém ressaltar que este trabalho partiu do pressuposto de que essas mudanças ideológicas no campo político-social na América do Sul poderiam gerar crises e, em maior escala, alguns conflitos no entorno estratégico brasileiro.

Porém, como tal fato não ocorreu e, levando em consideração o papel de protagonistas exercido pelos dois principais atores estatais da região, Brasil e Argentina, passamos a verificação de como as ações de Diplomacia da Defesa, entre os governos dos dois países, e diplomático-militares, em particular, entre seus dois exércitos, possam ter sido impactados pela disputa ideológica ocorrida na última década.

Para isso, foi realizada uma pesquisa documental em fontes do Ministério das Relações Exteriores e da Defesa, com intuito de compreender o contexto das relações entre Brasil e Argentina no âmbito da América do Sul no período temporal

de nossa pesquisa.

De forma a compreender o impacto dessas relações na Diplomacia Militar entre os exércitos de Brasil e Argentina, foi realizada uma pesquisa de documentos oficiais do Exército Brasileiro, para apontar os dados quantitativos e qualitativos sobre as ações de diplomacia militar que corroboraram com a cooperação interestatal no subcontinente. Para isso, consideramos os seguintes documentos:

- a. Boletins do Exército;
- b. Plano de Cursos e Estágios para Militares Estrangeiros no Exército Brasileiro (PCEMEEB);
- c. Plano de Visitas e Outras Atividades em Nações Amigas (PVANA);
- d. Plano de Visitas de Militares Estrangeiros ao Brasil (PVMEB);
- e. Atas das Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM) Brasil-Argentina;
- e
- f. Atas das Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM) Brasil Argentina.

A seguir, serão apresentados os dados levantados por meio dessa pesquisa documental com o intuito de estabelecer um paralelo entre as relações diplomáticas, no campo político entre as duas nações, e a Diplomacia Militar existente entre os seus exércitos nesse mesmo período.

5.1 A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E ARGENTINA E A COOPERAÇÃO INTERESTATAL NA DEFESA SUL-AMERICANA

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores:

No plano político, a proximidade com a Argentina constitui pilar importante do esforço de construção de um espaço de paz e cooperação no entorno brasileiro. A alta densidade da cooperação política entre ambos os países reflete-se nos frequentes encontros e visitas bilaterais em nível presidencial e ministerial. Nos últimos anos, diversos canais institucionais de diálogo foram reforçados, com destaque para: a realização de diversas reuniões da Comissão Bilateral de Produção e Comércio; a reativação do Comitê Permanente de Política Nuclear; a criação de Mecanismo de Coordenação Política, conduzido em nível de vice-chanceleres; e a retomada de foro de coordenação entre ministros de Relações Exteriores e de Defesa, em formato de Diálogo Político-Militar. (BRASIL, 2020)

Ressalta-se no presente trecho a observação sobre a retomada do foro de

coordenação entre Ministros de Relações Exteriores e de Defesa, estreitando o diálogo entre os campos Político e Militar entre os dois países. Ainda nessa perspectiva, o Ministério da Defesa destaca a aproximação entre as áreas de inteligência e planejamento entre os dois ministérios para a “manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo” (BRASIL, 2020).

Ainda na sua página na internet, o Ministério da Defesa destaca a importância do diálogo Político-Militar, citando o CDS como um exemplo da “participação articulada de militares e diplomatas em fóruns multilaterais”, possibilitando um incremento à PEB ao permitir ao país “se anteciparem, de maneira coerente e estratégica, às transformações do sistema internacional e de suas estruturas de governança, facilitando, assim, a tarefa de defender, no exterior, os interesses brasileiros” (BRASIL, 2020).

Por fim, o Ministério da Defesa elenca os seguintes projetos de cooperação entre Brasil e Argentina na área de Defesa (BRASIL, 2020):

- a. Estudos para aprimoramento conjunto do setor de defesa cibernética;
- b. Intercâmbio de pessoal em cursos de guerra cibernética;
- c. Apoio à operação brasileira na Antártica;
- d. Entendimentos para o desenvolvimento de um VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado) regional, com a definição conjunta das características do equipamento;
- e. Desenvolvimento do projeto KC-390, que irá substituir os aviões Hércules e tem na indústria argentina importante fornecedor de peças e componentes na fabricação da aeronave; e
- f. Interesse argentino pelo blindado Guarani, novo carro de combate brasileiro.

5.2 A DIPLOMACIA DE DEFESA NO GOVERNO DILMA ROUSSEF (01 Jan 2011 – 31 Ago 2016)

Sobre o primeiro mandato de Dilma Roussef (Jan 2011- Dez 2014), foi possível observar que grande parte das ações do Brasil na área de defesa teve sua concepção exposta no segundo mandato de Lula da Silva. Mas foi no primeiro

governo de Dilma Rousseff (2011-2014) que tais ações foram sobretudo iniciadas. (Vaz, Cortinhas, 2013). A presidente manteve uma postura favorável à manutenção de instituições consolidadas ou criadas no governo anterior, como a UNASUL e o CDS, assim como as afinidades com os governos sul-americanos de viés progressistas, como sua parceria com a Presidente da Argentina Cristina Kirchner, do Partido *Justicialista* (SIMÕES, 2019).

No âmbito interno, destacamos a atuação do Ministro da Defesa Celso Amorim (Ago 2011 – Jan 2015) que, “mesmo em um cenário de retração da atuação do país nas relações internacionais, em temas de defesa, soube atuar em diversas frentes” (SIMÕES, 2019), sabendo utilizar de sua experiência diplomática para lograr um aprofundamento da capacidade de atuação externa do MD e das Forças Armadas.

Outro aspecto central do governo Rousseff, segundo Vaz e Cortinhas (2013) foi, em 2012, a atualização dos documentos de defesa nacional, que não sofreram modificações substantivas, e a publicação do primeiro Livro Branco de Defesa do Brasil, importante medida de transparência e fomento da confiança mútua no plano internacional.

Em relação ao contexto sul-americano, para Fuccille (2015), o entendimento de que era necessário investir em Forças Armadas condizentes com o tamanho e a importância internacional do Brasil, gerando uma eficaz capacidade dissuasória, ganhou terreno no Governo Dilma. Nessa ideia, destacamos a aproximação das relações econômicas e militares com os países do entorno estratégico brasileiro, como a Argentina, priorizando a integração da base industrial de defesa entre países da América do Sul, como visto por meio da participação argentina no projeto do KC-390, culminando com a assinatura da denominada “Aliança Estratégica em Indústria Aeronáutica” em 2014. (PEIXOTO, 2014).

Já em seu segundo mandato (Jan 2015 – Ago 2016), a Presidente Dilma veio a sofrer diversas críticas de outros países sobre a sua postura em relação à regionalização sul-americana e gradativo abandono da UNASUL. Como exemplo dessas críticas, ressaltamos a do cientista político argentino Rosendo Fraga (2019), do Centro de Estudos Nova Mayoría, que disse que o papel do Brasil “como potência global” acabou deixando sua política regional “um pouco no segundo

plano". O cientista político chileno Ricardo Israel (2019), ex-candidato presidencial, diz que a Unasul "foi uma criação do Brasil", mas que o país "não quis exercer a liderança que lhe correspondia e a deixou nas mãos dos bolivarianos", em uma referência a Venezuela, Equador e Bolívia. O professor de ciências políticas e estudos internacionais da universidade Torcuato Di Tella, de Buenos Aires, Juan Gabriel Tokatlian (2018), compartilha dessa visão. "Apesar de o Brasil ter sido decisivo para a criação da Unasul, passou a lhe dar menor relevância".

Já ao término do período do Governo Dilma, em 10 de dezembro de 2015, Maurício Macri, do partido de direita Proposta Republicana, assumiu a Presidência da Argentina pondo fim a doze anos de Kirchnerismo no país, caracterizando um importante acontecimento da chamada "onda conservadora" na região. Do relacionamento entre os dois chefes de Estado, destacamos a comemoração dos 200 anos da República da Argentina, que não contou com a presença da Presidente Dilma, mas sim do Ministro da Defesa, Raul Jungman, e do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general de exército Sergio Westphalen Etchegoyen (BRASIL,2016).

Do breve contato com a Presidente Dilma Rousseff, destaca-se a assinatura do Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Argentina para a Criação do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina, que ressaltava a importância dos laços políticos existentes entre Brasil e Argentina, cuja aliança tem sido determinante "para o aprofundamento do processo de integração regional, construindo uma América do Sul mais integrada, pacífica e próspera."(BRASIL, 2020). O documento reafirma o compromisso da integração na área da Defesa entre as duas nações:

"Certos de que a crescente integração entre os dois países, que tem resultado em projetos desenvolvidos conjuntamente em áreas estratégicas como ciência, tecnologia e inovação, defesa, infraestrutura, energia e comércio, exige o constante e sistemático acompanhamento, para garantir-lhes a devida celeridade e conferir-lhes prioridade de tratamento na agenda de trabalho dos dois Governos" (BRASIL, 2020, p. 03)

5.2.1 A Diplomacia Militar do Exército Brasileiro com a Argentina no governo Dilma

Para a apresentação dos dados relativos à Diplomacia Militar do Exército Brasileiro em relação à Argentina no período definido para o presente trabalho, foi utilizado como fundamento as ações constantes nas DAEBAI (2013) que prevê

como principais ações de Diplomacia Militar as aditâncias militares, os exercícios conjuntos, a assistência técnica operacional, os intercâmbios, a cooperação na indústria de Defesa, e operações de Não-Guerra.

Segundo o Ministério da Defesa (2020):

Adido militar é o cargo exercido por um oficial das Forças Armadas acreditado junto a uma representação diplomática com a finalidade de trabalhar em estreita ligação com as autoridades militares locais. Entre as suas atribuições destacam-se: prestar informações ao Estado-Maior da Força representada; dirigir as comissões militares que lhe forem diretamente subordinadas; tomar as providências necessárias quando da passagem ou da permanência temporária de contingentes de tropa, de navios de guerra ou de aeronaves militares brasileiros no país em que atuar, de acordo com a aditância que represente e promover a interlocução entre a Força que representar e as congêneres do país em que atuar. (BRASIL,2020)

As aditâncias militares estão previstas nas Missões Permanentes, ou seja, aquelas que acontecem todos os anos. Durante o período citado, a aditância militar do Exército na Argentina foi composta por 01 (um) Of Adido Militar, 01 (um) Of de Ligação, 01 (um) Auxiliar do Adido Militar e 01 (um) Auxiliar do Oficial de Ligação, com substituição a cada dois anos.

Sobre os exercícios conjuntos, destacamos a realização da Operação Guarani (2012, 2014). A Operação Guarani é o exercício militar de operações combinadas com participação de tropas dos Exércitos do Brasil e da Argentina, sendo executadas por tropas da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada e do 1º Batalhão de Aviação do Exército (Brasil) e da Brigada de Monte XII (Argentina), totalizando um efetivo em torno de 1,2 mil militares e 320 viaturas dos dois países (BRASIL, 2016).

Quanto aos os intercâmbios realizados, ressaltamos alguns como: Intercâmbio de Comunicação Social com a Argentina (CCOMSEx) em 2012, Intercâmbio de Cadetes do Exército Argentino (Colégio Militar de La Nación) com Cadetes da AMAN, Intercâmbio de Instrutores da EsAO à Escola das Armas do Exército Argentino, visitas de militares ao Comando de Operações Terrestres (COTER), Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe).

Nesse período, diversas conferências foram relevantes para a manutenção da cooperação entre as duas Forças, tais como a Conferência Bilateral de Estado-Maior (CBEM) (2012-2014-2016), Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM) (de realização anual). Convém destacar, ainda, a participação de 62 Oficiais e 18 Subtenentes e Sargentos nos mais diversos Cursos e Estágios oferecidos pela

Nação Amiga.

5.3 A DIPLOMACIA DE DEFESA NO GOVERNO MICHEL TEMER (31 Ago 2016 – 01 Jan 2019)

O contexto político regional encontrado pelo Presidente Michel Temer foi bem diferente do de sua antecessora. A ascensão de um conservadorismo social em toda a região, com o Partido Colorado no Paraguai, com Kuczynski no Peru, com Piñera no Chile, Macri na Argentina e a suspensão venezuelana do MERCOSUL, demonstram um cenário latino-americano de crescente polarização com os países cujos governos eram de esquerda, como Equador, Bolívia e Venezuela.

Como uma das principais consequências dessa “onda conservadora”, temos uma grande desestabilização da UNASUL, ocorrendo em abril de 2018 a requisição da suspensão temporária da participação do Brasil nesse organismo, acompanhado por Colômbia, Argentina, Chile, Paraguai e Peru, alegando o estado “de anarquia” em que se encontrava a organização, bem como desperdício de recursos financeiros e estruturais (DINIZ, 2016).

A postura brasileira diante desse cenário ficou bem caracterizada no discurso de posse do novo Ministro de Relações Exteriores, José Serra, ao afirmar que “o uso da diplomacia a que se colocasse a serviço do Brasil como um todo e não mais das preferências ideológicas de determinado partido político e seus países aliados” (DINIZ, 2016).

Outra consequência desse cenário sul-americano foi a sua influência sobre o processo de integração regional na América do Sul. Apesar de ainda ser considerado prioritário para a Defesa Nacional, passou a ser visto de maneira menos otimista, refletindo um menor alinhamento ideológico do governo com os demais países da região, salientando a importância da articulação entre defesa e diplomacia para a consecução dos objetivos nacionais de maneira mais enfática, ressaltando a instabilidade e imprevisibilidade do cenário regional (LEMOS, 2019).

Convém ressaltar nesse período a realização da V Reunião do Mecanismo de Diálogo Político-Estratégico a nível Vice-ministerial (MDPEVM) Argentina-Brasil, em 2017, proporcionando um foro de debates para o intercâmbio de experiências no nível político-estratégico de Defesa (BRASIL, 2017). Entre os temas debatidos, destacam-se Operações de Manutenção da Paz, Processos e experiências de segurança nos espaços soberanos no Brasil (SIGAAz e SISFRON) e Perspectiva

das Forças Armadas Argentinas no cenário atual (BRASIL, 2017).

Por fim, destacamos que, pela primeira vez desde a criação do Ministério da Defesa, tivemos um militar à frente da pasta, sendo o General de Exército Joaquim Silva e Luna nomeado pelo Presidente Temer e se mantendo no cargo até o fim do governo. Tal fato corroborou com a intenção do Governo Temer de romper com preferências ideológicas e priorizar o conhecimento técnico para compor o planejamento no nível estratégico.

5.3.1 A Diplomacia Militar do Exército Brasileiro com a Argentina no governo Temer

Além da manutenção da estrutura da Aditância militar na Argentina, foram realizados diversos intercâmbios na área de Defesa, tais como Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM) Brasil-Argentina, Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM) Brasil – Argentina, Visita do Comandante do Exército da Argentina, Intercâmbio de Informações sobre o Gerenciamento de Projetos Estratégicos, Intercâmbio de Alunos da Escola de Suboficiais do Exército Argentino com a Escola de Sargentos das Armas (EsSA). Convém destacar a participação de 62 Oficiais e 33 Subtenentes e Sargentos nos mais diversos Cursos e Estágios oferecidos pela Nação Amiga.

Sobre as Operações conjuntas, destacamos o Exercício HERMANDAD 2017 e o Exercício Combinado YAGUARETÉ 2017. Sobre os dois exercícios, o *site* do COTER descreveu suas características da seguinte forma:

A Operação YAGUARETÉ foi um exercício no terreno de assalto aeromóvel e junção, realizado pelas tropas brasileiras com aproximadamente 540 (quinhentos e quarenta) militares envolvidos, enquanto a Operação HERMANDAD foi um exercício de simulação construtiva, nível Brigada, executado no Simulador de Adestramento de Comando e Estado-Maior (SIMACEM), no CA-Sul, composto por Forças e Estados-Maiores combinados de ambos os países, com aproximadamente 90 (noventa) militares.

As principais tropas envolvidas nas Operações foram da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada e da 12ª Bda Inf L, pelo Exército Brasileiro e da Brigada Blindada II, do Exército Argentino.(BRASIL,2017, p. 01)

5.4 A DIPLOMACIA DE DEFESA NO GOVERNO JAIR BOLSONARO (01 Jan 2019 – Dias atuais)

Sobre a pesquisa realizada, foi necessário que realizássemos a análise proposta apenas do seu primeiro ano de governo, tendo em vista o limite temporal abordado.

Jair Messias Bolsonaro, militar do Exército reformado, foi eleito no pleito de 2018, derrotando o candidato da situação Fernando Haddad, pondo fim a um período de 24 anos de domínio de partidos de esquerda no cenário político brasileiro, incluindo o ator regional de maior relevância no movimento de “onda conservadora” que se desenhava na América do Sul.

Tal fato apresentou algumas modificações em relação à PEB. No que condiz com o entorno regional do Brasil, para Simões (2019), a priorização dada ao eixo estadunidense coloca a América do Sul em uma posição de desprestígio na diplomacia brasileira, sendo verificado isto por meio do perfil das viagens internacionais de Bolsonaro, por exemplo, revela a interlocução com países cujas lideranças se mostram mais favoráveis a suas ideias, caso de Argentina, Chile e Paraguai. Ressalta-se também nesse período o posicionamento de confronto direto ao Presidente da Venezuela, Nicholas Maduro, e isolamento do país bolivariano no subcontinente, evidenciado pelo reconhecimento de Juan Guaidó como autointitulado presidente da Venezuela (SIMÕES, 2019).

Sobre o posicionamento do Governo Bolsonaro em relação à UNASUL, Verdélio (2019) aborda o seguinte:

Diante desse cenário conjuntural, em abril de 2019, o Brasil, logo após Argentina e Uruguai, opta por denunciar o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), colocando fim à participação brasileira no organismo que passou a ser visto como institucionalização de viés ideológico de esquerda. A ideia de extinção da UNASUL, no entanto, vem desde a reunião presidencial ocorrida no Chile em março deste ano, onde Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Guiana e Peru firmaram a Declaração Presidencial para a renovação e o fortalecimento da integração regional na América do Sul, centrada na criação do Foro para o Progresso da América do Sul, o PROSUL. (Verdélio, 2019, p. 02)

Sobre a política de Defesa, Bolsonaro mantém a mesma linha de rompimento com ideologias de esquerda de governos anteriores e nomeia para o Ministério o General de Exército Fernando Azevedo e Silva, evidenciando, assim como Michel Temer, a preferência pelo perfil mais técnico no planejamento estratégico de Defesa.

Em relação à Argentina, o primeiro ano do Governo Bolsonaro coincidiu com o último ano do mandato do liberal Mauricio Macri, promovendo um alinhamento conservador entre os dois atores regionais nas políticas de cooperação e integração sul-americana, caracterizada por suas iniciativas em relação ao MERCOSUL, UNASUL e posicionamento diante da crise venezuelana.

5.4.1 A Diplomacia Militar do Exército Brasileiro com a Argentina no governo Bolsonaro

Durante o primeiro ano do Governo Bolsonaro, podemos destacar os intercâmbios promovidos por meio da Conferência Bilateral de Estado-Maior (CBEM) Brasil-Argentina, Seminário de Gênero no Centro Argentino de *Entrenamiento Conjunto para Operaciones de Paz*, e do Exercício Conjunto e Interagências dos Membros da Conferência dos Exércitos Americanos. Convém destacar, ainda, a participação de 30 Oficiais e 10 Subtenentes e Sargentos nos mais diversos Cursos e Estágios oferecidos pela Nação Amiga.

Sobre as Operações Conjuntas, destacamos a realização da Operação Guarani 2019, aos mesmos moldes daquelas realizadas em anos anteriores. No site do Ministério da Defesa encontramos a seguinte descrição do exercício:

O efetivo mobilizado na Operação foi de aproximadamente 1.000 militares do Exército Brasileiro e 350 militares do Exército Argentino, e se fizeram presentes o Senhor General de Brigada Flávio Dos Santos Lajóia, Comandante da 1ª Bda C Mec, o General Aldo Daniel Ferrari, Comandante da Brigada de Monte XII do Exército Argentino, oficiais argentinos, oficiais do Estado-Maior da 1ª Bda C Mec, Comandantes das Organizações Militares subordinadas à 1ª Bda C Mec, oficiais do Comando de Operações Terrestres, do Comando Militar do Sul, da 3ª Divisão de Exército e do Centro de Adestramento - Leste.(BRASIL, 2019, p. 01)

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para melhor compreensão dos resultados, a presente discussão será apresentada em duas partes. A primeira parte tratará sobre a análise da construção da cooperação interestatal na Defesa sul-americana, com base nas teorias geopolíticas apresentadas no referencial teórico, tendo como foco a atuação de Brasil e Argentina na elaboração e criação da UNASUL e CDS, terminando com o impacto da “onda conservadora” no diálogo de Defesa regional. Em um segundo momento, serão discutidas as ações de Diplomacia de Defesa e Militar empreendidas pelos governantes brasileiros e Exército Brasileiro em relação a Argentina diante dos impactos da queda de importância da UNASUL e CDS no contexto de Defesa sul-americano. A figura a seguir visa demonstrar onde se situa a Diplomacia Militar no contexto do Poder Nacional:



Figura 4 – A Diplomacia Militar e o Poder Nacional

Fonte: o autor

6.1 A ATUAÇÃO DE BRASIL E ARGENTINA NA CONSTRUÇÃO DA UNASUL E CDS.

Inicialmente, No aspecto geopolítico, dentre as teorias abordadas por Mafrá (2006), foi depreendido que, contrapondo-se àquelas que previam a interferência e liderança dos EUA sobre o subcontinente sul-americano nos campos político, militar, econômico, podemos destacar a ascensão de governos progressistas no Brasil e Argentina no início do século XXI contrapondo-se a essa visão, com o Lulismo e o Kirchnerismo, e um esforço para buscar

alternativas para a região diferentes do alinhamento automático com os EUA, materializado na criação da UNASUL e do CDS, em 2008, como uma tentativa da construção de um espaço geopolítico com autonomia no que se refere aos EUA, confrontando os interesses regionais com o de potências externas ao subcontinente.

Nessa ideia de cooperação regional, ressalta-se o esforço realizado por Brasil e Argentina na conformação de uma identidade da “civilização latino-americana”, como abordado por Mafra (2006), com a criação da UNASUL e da CDS em 2008.

Sobre a perspectiva do subcontinente sul-americano configurar-se como uma zona de estabilidade pela ausência de grandes revoluções, foi observado a importância desse aspecto para a política de Defesa brasileira, expresso em seus documentos, como a PND, END, LBDN e as DAEBAI, onde a América do Sul é tratada sempre como o ambiente regional no qual o Brasil se insere, sendo fundamental aprofundar seus laços de cooperação no seu entorno estratégico, assim como o esforço para o desenvolvimento de um ambiente de estabilidade como forma de promover o crescimento nacional.

Por fim, convém destacar a importância da Teoria do Quaterno na compreensão dos acontecimentos do início do século XXI na região. Em sua teoria, Mafra previu o desenvolvimento da União Latino-Americana (ULA), com base econômica no MERCOSUL, e propôs ainda a criação de um Sistema Comum de Segurança dentro da ULA, assim como uma Força de Defesa do Bloco/União com representação de todos os países membros para livre atuação em toda a área da organização, posteriormente materializado com a criação da UNASUL e do CDS. Tais aspectos dessa teoria foram registrados em documentos de Defesa como a END, que estabeleceu, entre outras Ações Estratégicas de Defesa (AED), o estímulo ao desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa, a intensificação de parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas dos países da UNASUL, além do incremento da participação brasileira no CDS/UNASUL. Destaca-se também o papel preponderante das duas principais potências regionais (Brasil e Argentina) na consecução dessas ações.

Sobre os complexos regionais de segurança (RSC), destaca-se, em um primeiro momento, a importância do Brasil para conectar os dois “sub-

complexos” do Norte Andino e do Cone Sul, com uma Política Nacional de Defesa que objetiva o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de Defesa (AED-44), a intensificação de parcerias estratégicas, cooperação e intercâmbio militar com as Forças Armadas de países da UNASUL (AED-45), e o incremento da participação brasileira na CDS (AED-46). Dessa forma, a atuação do Brasil foi de grande importância para o desenvolvimento da cooperação regional na Defesa sul-americana, direcionando o Poder Nacional para a consecução desses objetivos.

Destaca-se a atuação do Ministro da Defesa à época da criação do CDS, Nelson Jobim, para que o órgão objetivasse a cooperação e coordenação em Defesa, e não uma Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) proposta pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, corroborando para a prevalência da característica de “cooperação” presente no Cone Sul em contraponto a característica mais “conflituosa” do Norte Andino na criação do CDS.

Ressalta-se, ainda, que a parceria entre Nestor Kirchner, da Argentina, e Lula, do Brasil, foi uma das forças propulsoras desse movimento de integração. Com o apoio do presidente brasileiro, Néstor Kirchner foi eleito o primeiro Secretário-Geral da UNASUL, sendo o articulador de iniciativas como a proposta de criação do Centro de Estudos Estratégicos (CEED), vinculado ao CDS e que possui sede em Buenos Aires, assim como a atuação conjunta com o Chile na construção de uma metodologia sul-americana para mensurar gastos de Defesa e sua participação no projeto da Escola Sul-americana de Defesa (ESUDE), contribuindo, também, com a visão dos autores sobre o peso da cooperação presente no Cone Sul para conectar o Norte Andino, considerado “conflituoso”.

Em contrapartida, por ocasião do advento da “onda conservadora” na região e a crise da Venezuela, as características que dividiam os dois subcomplexos tornaram-se mais latentes, principalmente com a política executada pelo governo bolivariano de Nicholas Maduro, na Venezuela, em oposição a postura liberal assumida pelos governantes Maurício Macri (Argentina) e Jair Messias Bolsonaro (Brasil) em 2019, culminando na retirada da Venezuela do MERCOSUL e posterior saída de Brasil e Argentina da UNASUL e CDS. Tais fatos consubstanciaram a visão dos autores da teoria do RSC sobre a complexidade em se unir dois ambientes tão heterogêneos dentro de uma

mesma região, mais uma vez, demonstrando a importância de Brasil e Argentina como atores regionais na construção da cooperação regional sul-americana.

Diante do exposto, cabe aqui destacar a assertiva do Gen Ex Gleuber Vieira, que abordou a CDS como uma tentativa de utilização dos militares para minorar possíveis choques que pudessem vir a existir em outras áreas, como a própria política (LANDIM, 2014). Dessa forma, foi concluído que o estamento militar ficou caracterizado como o alicerce para a construção de um ambiente em que prosperasse uma cooperação interestatal regional, pois os países sul-americanos não encontrariam maiores resistências na área de Defesa, ratificando o interesse na manutenção da estabilidade regional.

6.2 A ATUAÇÃO BRASILEIRA POR MEIO DA DIPLOMACIA DE DEFESA E MILITAR NA ÚLTIMA DÉCADA.

No segundo momento da pesquisa do presente trabalho, foi aprofundada a observação das ações de Diplomacia de Defesa e Militar entre Brasil e Argentina na última década, considerando um contexto de crise na UNASUL e CDS, além da alternância de ideologias nos governos dos dois países e seus impactos no diálogo de Defesa sul-americano.

Sobre Relações Internacionais, foi verificada a prevalência das relações de poder entre os Estados na busca por segurança, com base em uma sociedade internacional, regida por normas e regras de conduta comuns e instituições que limitam e evitam a eclosão de conflitos, como a UNASUL e, atualmente, o PROSUL, caracterizando as teorias hobbesianas e grocianas. Tais fatos ficaram evidenciados por meio do OND V, que prevê a “contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais como objetivos concretos da Defesa Nacional”, assim como a ideia de, sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, exposto na PND.

A tabela a seguir demonstra os principais aspectos da ação diplomática brasileira na área de Defesa, na última década, em especial, àquelas relativas a Argentina:

AÇÃO DIPLOMÁTICA DE DEFESA	
	1. Ministro da Defesa Celso Amorim: Experiência diplomática consolidou a Diplomacia de Defesa e

<p>Dilma Roussef (Jan 2011 – Ago 2016)</p>	<p>Militar; 2. Criação do LBDN e DAEBAI; e 3. Desenvolvimento do projeto KC-390, que irá substituir os aviões Hércules e tem na indústria argentina importante fornecedor de peças e componentes na fabricação da aeronave.</p>
<p>Michel Temer (Ago 2016 – Dez 2018)</p>	<p>1. Ressaltou a importância da articulação entre defesa e diplomacia diante da instabilidade e imprevisibilidade do cenário regional; 2. Nomeação do Gen Ex Silva e Luna como Ministro da Defesa: Primeiro ministro da Defesa militar; 3. Reativação do Comitê Permanente de Política Nuclear (CPPN); 4. Retomada de foro de coordenação entre ministros de Relações Exteriores e de Defesa, em formato de Diálogo Político-Militar; 5. Requisição da suspensão temporária da participação do Brasil na UNASUL, assim como a Argentina; e 6. Realização da V Reunião do Mecanismo de Diálogo Político-Estratégico a nível Vice-ministerial (MDPEVM) Argentina-Brasil, em 2017.</p>
<p>Jair Bolsonaro (Jan 2019 – Dias atuais)</p>	<p>1. Junto com o presidente Mauricio Macri (Argentina), assume posicionamento de confronto direto ao Presidente da Venezuela, Nicholas Maduro, e isolamento do país bolivariano no subcontinente; 2. Criação do Foro para o Progresso da América do Sul, o PROSUL; 3. Fim à participação brasileira e argentina na UNASUL; e 4. Nomeação do Gen Ex Fernando Azevedo e Silva como Min Def.</p>

Quadro 1 – Ações da Diplomacia de Defesa brasileira na última década

Fonte: o autor

Conforme exposto nos dados acima, foi verificado um gradativo afastamento do Brasil em relação à UNASUL e CDS, chegando ao seu ponto culminante em 2019, com a saída formal do país do bloco e posterior criação do PROSUL. Convém ressaltar que, mesmo com a alternância no poder de governos com ideologias diferentes neste período, a busca pela cooperação entre estes com base em ações na Diplomacia de Defesa se manteve constante, inclusive, com a atuação decisiva em episódios relevantes na região, como a crise venezuelana.

Em um segundo momento desta análise, foi verificado, com fundamento no conceito de paradiplomacia, que prevê ações desempenhadas por uma série de atores, não necessariamente diplomatas, para alavancar internacionalmente

vantagens organizacionais, uma crescente aproximação entre a Política de Defesa e a Externa na última década, explicitado na END ao dizer que as ações do Setor de Defesa devem contribuir para o propósito da diplomacia ao interagirem com as contrapartes de outros países, incrementando-se a confiança mútua e os laços de amizade.

Ressalta-se, ainda, a criação da DAEBAI em 2013, com o objetivo de coordenar com o MRE, por meio do MD, as medidas necessárias para que o trabalho diplomático, nos temas afetos à Força, refletisse os interesses da Defesa, propiciando um alinhamento de objetivos entre a expressão do Poder Nacional Política e Militar.

Com as DAEBAI, temos a primeira definição oficial de Diplomacia Militar, como uma ferramenta para “promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial” (DAEBAI, 2013).

Para atingir este objetivo, o Exército Brasileiro buscou realizar diversas atividades com seus parceiros regionais, com destaque para o Exército Argentino, com a manutenção de Aditâncias Militares, execução de exercícios conjuntos e Operações de Coordenação e Cooperação com Agências (OCCA) na fronteira, intercâmbios (com destaque para a área de formação e capacitação de pessoal), acordos na área de Defesa, atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais, cooperação acadêmica dos centros de estudos de Defesa, dentre outros.

Uma das principais atividades internacionais do Exército Brasileiro é a manutenção de Aditâncias Militares em Nações Amigas. O Brasil mantém como Missão Permanente uma Aditância Militar em Buenos Aires, composta por 02 Oficiais Superiores (Adido e Oficial de Ligação) e 02 Praças (Auxiliares). Seguindo o princípio da reciprocidade, a Argentina também mantém a sua Aditância Militar no Brasil, constituindo a principal estrutura de coordenação da Diplomacia Militar entre os dois exércitos.

No período estudado, foram observadas a realização de diversas conferências entre os dois exércitos sobre temas de Defesa que foram relevantes para a manutenção da cooperação entre as duas Forças. Entre esses, destacam-se as Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM), realizada em anos pares, Reuniões Regionais de Intercâmbio Militar (RRIM), anuais,

Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM) Brasil-Argentina, Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto (GTC) Brasil – Argentina, Conferência Especializada em Relações Cívico-Militares da Conferência dos Exércitos Americanos, realizada entre os demais países sul-americanos, Reunião de Consulta Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) Brasil-Argentina, entre outras atividades. Todas essas atividades possuem grande relevância para o desenvolvimento da cooperação mútua por aproximarem os militares que servem na faixa de fronteira entre os dois países.

Dentre essas atividades, convém destacar a realização de Simpósios de Estudos Estratégicos. Segundo Aguilar (2010), esses simpósios foram iniciativas bilaterais entre Brasil e Argentina ocorridas em 1987, mas que, a partir de 1990, apresentaram grande crescimento, chegando a 1999 com quase todos os países sul-americanos participando das reuniões, constituindo uma ação da Diplomacia Militar comum nos dias atuais. Tal fato reforça o protagonismo dos dois países na construção da cooperação interestatal na Defesa sul-americana.

Sobre os exercícios conjuntos e Operações de Coordenação e Cooperação com Agências (OCCA) na fronteira, foi observado que a realização desses entre os dois exércitos, com destaque para a Operação Guarani, Saci, *Yaguareté*, Solidariedade, *Hermandad*, Exercício Conjunto e Interagências dos Membros da Conferência dos Exércitos Americanos, entre outras, são de caráter permanente, ocorrendo dentro de um intervalo de tempo previsto, independentes de qualquer influência política dos governos desses países, com o objetivo de criar condições para a interoperabilidade entre elementos dos dois exércitos.

Para alcançar essa interoperabilidade, o Exército Brasileiro e Argentino vem buscando a compatibilização de conceitos, critérios doutrinários e metodologia, investindo nesta última década em diversas formas de intercâmbios, principalmente, por meio da participação de militares em cursos e estágios que visam a formação e preparação de pessoal. Para mensurar o intercâmbio entre os países nesse período, foram realizadas uma pesquisa documental e uma análise quantitativa da evolução da participação de militares do Exército Brasileiro em cursos e estágios argentinos, com base no Plano de Cursos e Estágios em Nações Amigas (PCENA) de 2011 até 2019, o qual apresentamos no gráfico seguinte:



Gráfico 1 – Participação de militares brasileiros em Cursos e Estágios na Argentina

Fonte: o autor

Com base nessa pesquisa é possível perceber um aumento constante da média de militares que participaram de cursos e estágios no Exército Argentino, demonstrando o alinhamento das ações de Diplomacia Militar com os objetivos constantes na PND. Cabe aqui apenas uma ressalva à queda apresentada no ano de 2017, com probabilidade de ter ocorrido devido ao ambiente político vivido em 2016, por conta do processo de *impeachment* da presidente Dilma Roussef, com impactos em diversas áreas, inclusive, nos gastos com Defesa para 2017, justificando uma queda considerável de missões militares em outros países, entre estes, a Argentina.

Convém destacar nesse período a crescente presença de instrutores e monitores do Exército Brasileiro nas escolas de formação e aperfeiçoamento do Exército Argentino, constituindo cerca de cinquenta militares brasileiros que passaram nesta função nos últimos dez anos, em escolas como a *Escuela de Suboficiales del Ejército "Sargento Cabral"* e *Escuela de Las Armas*, assim como nos seus principais centros de instrução, como o *Centro Argentino de Entrenamiento Conjunto para Operaciones de Paz (CAECOPAZ)* e *Escuela de Tropas Aerotransportadas y Operaciones Especiales*, entre outras. Esse aumento de militares brasileiros nessas funções corrobora com o OND de aumentar a projeção do Brasil no cenário mundial e colabora com o aumento da confiança mútua entre as duas nações.

Dessa maneira, concluímos que a alternância de governos de ideologias distintas e o próprio cenário regional sul-americano, com o avanço da “onda

conservadora”, crise venezuelana e perda de importância da UNASUL e CDS, não impactaram diretamente as ações de Diplomacia Militar existentes entre os exércitos de Brasil e Argentina, contribuindo para que as políticas externa e de Defesa do país se antecipassem, de maneira coerente e estratégica, às transformações do sistema internacional e de suas estruturas de governança, conforme previsto nas DAEBAI (2013).

7. CONCLUSÕES

A Diplomacia Militar ainda é um conceito muito recente na bibliografia das Forças Armadas de vários países. Porém, mesmo em se tratando de algo tão recente, ele apenas sintetiza algumas ações que já fazem parte, há algum tempo, da cultura que permeia a profissão das Armas. E esse conceito, principalmente arraigado à uma instituição cuja história é marcada pela conquista e manutenção da paz, seja em seu território ou no exterior, vem ao encontro dos seus princípios mais valorosos, tais como a camaradagem e a solução pacífica de conflitos.

Ao realizar a pesquisa sobre o contexto geopolítico sul-americano, foi possível compreender a importância da estabilidade no subcontinente como um dos principais Objetivos Nacionais de Defesa brasileiro, assim como o papel de protagonismo exercido por Brasil e Argentina no âmbito das Relações Internacionais e construção de um ambiente de cooperação regional no diálogo de Defesa do subcontinente.

Da mesma forma, foi possível compreender o papel exercido pela Diplomacia de Defesa na construção dessa estabilidade regional, com a aproximação iniciada entre os governos militares de Brasil e Argentina e sua extensão para o Cone Sul e posterior avanço para o Norte Andino, décadas depois, resultando na UNASUL e CDS, já citada pelo geopolítico brasileiro Cel Mafra em sua Teoria do Quaterno. Destaca-se que a criação do CDS foi um dos principais passos na história da cooperação interestatal na Defesa sul-americana.

Tal cooperação se viu envolta de tamanha importância que, mesmo com o advento da “onda conservadora” na região, a cisão ocorrida entre governos progressistas e conservadores por ocasião da crise venezuelana, e o posterior declínio da UNASUL e do CDS, o elo existente entre os exércitos da região, com enfoque deste trabalho para aquele entre o Exército Brasileiro e o Argentino, continuaram plenamente ativos, como demonstraram as ações de Diplomacia Militar realizadas na última década, apresentadas no presente trabalho.

Sendo assim, foi possível concluir, de posse das informações levantadas, que a relação entre Brasil e Argentina constitui o principal amálgama na construção da cooperação interestatal na Defesa sul-americana, e que esta

relação se encontra de tal forma consolidada que, mesmo com o declínio da UNASUL e CDS, as ações de Diplomacia Militar do Exército Brasileiro em relação ao Argentino foram realizadas de modo a não se abalar com toda a volatilidade e incerteza do contexto político sul-americano da última década.

Por fim, a Diplomacia Militar, mesmo em se tratando de um conceito recente, já constitui uma importante ferramenta do Poder Nacional brasileiro, sendo sua consolidação possível apenas por meio de uma instituição perene e alicerçada em preceitos rígidos de crenças e valores, como o Exército Brasileiro, capaz de evoluir indiferente a qualquer contexto político, fiel à consecução dos objetivos nacionais de integridade regional e cooperação interestatal na Defesa do seu entorno estratégico, em particular, a América do Sul.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Segurança e Defesa no Cone Sul: da rivalidade da Guerra Fria à cooperação atual**. Ed Porto de Ideias. São Paulo, 2010.

AMORIM, Celso (2012). **Defesa Nacional e Pensamento Estratégico Brasileiro**. Conferência do Ministro da Defesa, Celso Amorim, na Abertura do Seminário Estratégias de Defesa Nacional, Brasília, 27 Novembro 2012.

AMORIM, Celso (2013) .**Uma Política de Defesa para o Futuro**. Aula Magna do Ministro da Defesa no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), São José dos Campos, 25 Fevereiro 2013.

ARGENTINA. **Libro Blanco de la Defensa**. Ministerio de la Defensa. Ed. 2010.

ARIAS, Aimee Kanner; MAANEN, Guilherme K. van. **Segurança na América do Sul: a Unasul como ator de segurança regional**. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes. Cultura de Defesa Sul-americana. Editora Universitária. EFPE. Recife, 2013.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **As políticas neoliberais e a crise na América do Sul**. Rev. bras. polít. int. vol.45 no.2 Brasília Jul/Dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292002000200007>.

BARROS, O. de. **Sinopse da história das relações externas brasileiras**. In: LESSA, M. L.; GONÇALVES, W. da S. (Org.). História das Relações Internacionais: teorias e processos. Rio de Janeiro. Ed UERJ, 2007. (p. 43-110).

BOUTHOU, Gaston. **Traité de polémologie: Sociologie des guerres**. Payot. Paris, 1991

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: 2016. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>>. Acesso em 27 fev. 2020.

_____, Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa – Estratégia Nacional de Defesa**, Brasília: 2016. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/ENDPND_Optimized.pdf>. Acesso em 27 fev. 2020.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional**. Brasília: 2013. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/00123820601e3ba92417c>>. Acesso em 24 mar 2020.

_____. Ministério da Defesa. **Relações Internacionais**. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/cds>>. Acesso em 26 mar 2020.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **República Argentina**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4785&Itemid=478&cod_pais=ARG&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em 24 mar 2020.

CARMO, Marcia. **Onda conservadora na América do Sul passa por 'teste' em eleições no Equador**. *BBC Brasil*. 2 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39459751>>

COTTEY, Andrew; FOSTER, Anthony. **Reshaping defense diplomacy: new roles for military cooperation and assistance**. Adelphy Papers n. 365. Oxford: Oxford University Press, 2004.

COUTAU-BÉRGARIE, Hervé. **Les Meilleurs des Ambassadeurs. Théorie et Pratique de la Diplomatie Navale**. Paris: Economica, 2010.

Departamento de Pesquisa e Pós-graduação (Exército). **Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

DIAS, Guilherme. Palestra **O Brasil e o Mundo: Política Externa Brasileira, bases e práticas**. Curso de Comando e Estado-Maior, 1º Ano, 12 fev. 2020.

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais: Introdução ao Estudo da Sociedade Internacional Global**. Editora Atlas, 2010.

DINIZ, Pedro; MACIEL, Heitor Cardoso e. **Os desafios à Onda Rosa na segunda metade da década de 2010: uma análise do cenário político sul-americano**. Blog Conjuntura Internacional, 28 mar. 2016. Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2016/03/28/os-desafios-a-onda-rosa-na-segunda-metade-da-decada-de-2010-uma-analise-do-cenario-politico-sul-americano/>>

FILHO, O. M., LIMA, R. C., **Desafios da estratégia militar para o Brasil**. Brasília, 1 nov. 2018. Eblog. Disponível em <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/transformacao-militar.html>. Acesso em 27 fev. 2020.

FUCCILLE, Luís Alexandre. **A criação do Ministério da Defesa no Brasil: inovação e continuidade**. Center for Hemispheric Defense Studies, REDES, Brasília, 2002.

HURRELL, Andrew. **An emerging security community in South America?**, In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. *Security Communities*. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

LANDIM, Hiarley G. C. **A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa na América do Sul**. Tese (Doutorado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

LEMO, João Paulo Franco Portella, SILVA, André Vinícius da, BRAZ, Evandro Pereira, RIBEIRO, Eduardo, SANTOS, Vinícius Ferreira. **Política Externa e**

PACHECO, F. C., & Migon, E. X. F. G. (2013). **O Brasil na MINUSTAH influenciando o Brasil no cone sul: evidências preliminares da contribuição da diplomacia militar à inserção soberana**. Coleção Meira Mattos: Revista Das Ciências Militares, 7(29), 131-137. Recuperado de <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/181>

Política de Defesa dos Governos Dilma e Temer. Academia Militar das Agulhas Negras, Rio de Janeiro, 2019.

LIMA, Maria. SOARES, Regina. **Relações Interamericanas: A Nova Agenda SulAmericana e o Brasil**. Lua Nova, São Paulo, 90: p.167-201, 2013.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica: Introdução ao Estudo**. São Paulo: Ed. Sicurezza, 2006.

MILANI, Carlos R. S. **Atlas da política externa brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: EDUERJ, 2014.

MUTHANNA, Colonel KA. **Enabling Military-to-Military Cooperation as a Foreign Policy Tool: Options for Índia**. United Service Institution of Índia Centre for Research. New Delhi: Knowledge World, 2006.

MORAES, Rodrigo Fracalossi De. **A cooperação Brasil-Argentina na área militar: da autonomia das Forças Armadas às relações estratégicas (1978-2009)**. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre, RS. 2010.

NASCIMENTO, T. E. do. (2015). **A constituição de forças de paz combinadas por nações da América do Sul: um compromisso com a paz e a segurança internacional**. Coleção Meira Mattos: Revista Das Ciências Militares, 8(33), 205-212. Recuperado de <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/494>

OLIVEIRA, Odete Maria de. **A integração nuclear Brasil-Argentina: uma estratégia compartilhada**. Florianópolis: UFSC, 1996.

POMAR, Valter, Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores (2013). **Declaração Final dos Encontros do Foro de São Paulo (1990-2012)** (PDF). [S.l.: s.n.] 180 páginas. Consultado em 23 de maio de 2020.

PLESSIS, du Anton. **Defense Diplomacy: Conceptual and Practical Dimensions with Specific Reference to South Africa**. Strategic Review for Southern Africa. Nov, 2008.

ROCHA, M. S. **Desenvolvimento como integração. O Brasil e a América do Sul: desafios no século XXI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2006.

SADER, Emir (2009). **A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo.

SCHWARZ, Roberto; **Cultura e Política, 1964-1969**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. (Coleção Leitura)

SCRUTON, Roger; **O que é conservadorismo**. Rio de Janeiro: Ed. Realizações, 2015. (Coleção abertura cultural)

SENHORAS, Eloi Martins. **Paradiplomacia militar e seu impacto cooperativo na regionalização da segurança na América do Sul**. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2012/07/30/paradiplomacia-militar-e-seu-impactocooperativona-regionalizacao-da-seguranca-na-america-do-sul-por-eloi-martins-senhoras/>>. Acesso em: 24 de março de 2020.

SEQUEIRA, Claudio Dantas. **Brasil busca alinhamento militar na América do Sul**. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 Mar. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u538652.shtml>>. Acesso em: 23 de maio de 2020.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **A Diplomacia de Defesa na Sociedade Internacional**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SIMIELLI, Maria Elena. **Geoatlas**. 33. ed. São Paulo: Ática S.A., 2010.

SIMÕES, Renata Moraes. **Cadernos Argentina-Brasil**. Revista Neiba, Rio de Janeiro, Vol. 8, 2019.

SINGH, Prashant Kumar. **China's Military Diplomacy**. Strategic Analysis. Vol. 35, No. 5, September 2011, 793-818, Institute for Defense Studies and Analyses. New Delhi, 2011.

SOARES, Samuel Alves; MILANI, Livia Peres. **Kirchnerismo e Lulismo na construção de uma identidade em Defesa e Segurança Internacional entre Argentina e Brasil**. Revista *Relaciones Internacionales*, Edição nº 50/2016.

SOUZA FILHO, José Abinoan. **Conselho de Defesa Sulamericano: novos arranjos em Segurança e Defesa na América do Sul**. Tese (Doutorado) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

UNASUL (União de Nações Sul-Americanas). **Decisão para o estabelecimento do Conselho de Defesa Sul-americano**. Cúpula Extraordinária da UNASUL. Costa do Sauípe, Bahia, 16 dezembro 2008.

VERDÉLIO, A. (2019). **Brasil formaliza saída da UNASUL para integrar PROSUL**. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-04/brasil-formalizasaida-da-unasul-para-integrar-prosul> (Acesso em 14 de junho de 2020).

WEBER Orellana, C. L., Ravaioli, E. A., & Marques, A. A. (2012). **As comunidades de defesa como ferramentas de legitimidade dos livros**

brancos da defesa. Coleção Meira Mattos: Revista Das Ciências Militares, (26). Recuperado de <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/186>

WILLARD, James E. Military Diplomacy: **An Essencial Tool of Foreign Policy at the Theater Strategic Level.** Monograph – School of Advanced Military Studies, United States Command and General Staff College, Kansas, 2006.